



**2020**

**RELATÓRIO ANUAL  
INTEGRADO DA ADMINISTRAÇÃO**



## 03 MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

## 04 SOBRE O RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO

04 APRESENTAÇÃO

04 APROVAÇÃO

## 05 DESTAQUES 2020

06 PROJETOS

08 GESTÃO E ESTRATÉGIA

## 10 A SPP

11 QUEM SOMOS

13 NOSSOS NEGÓCIOS

39 NOSSOS RELACIONAMENTOS

42 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E TÁTICO

43 GOVERNANÇA CORPORATIVA

51 CANAIS DE COMUNICAÇÃO

52 COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

## 61 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

62 PRINCIPAIS INDICADORES

65 ENDIVIDAMENTO E DISPONIBILIDADES

66 GERAÇÃO DE VALOR

## 68 VISÃO DE FUTURO

## 70 AGRADECIMENTOS

## 72 IDENTIFICAÇÃO E CRÉDITOS

72 IDENTIFICAÇÃO

73 CRÉDITOS



## MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

*O ano de 2020 ficará marcado na história como um ano de desafios e superações. Não foi diferente com a São Paulo Parcerias.*

*A despeito dos desafios impostos pela pandemia, a empresa estruturou 19 (dezenove) projetos cujos editais já foram publicados, sendo 8 (oito) de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Dos projetos lançados, 10 (dez) já tiveram a respectiva licitação concluída. Os benefícios*

*desses projetos somam R\$ 4,8 bilhões ao longo do contrato.*

*Com esses resultados a São Paulo Parcerias possibilitou que a Prefeitura de São Paulo conquistasse o marco de ser o ente subnacional com maior quantidade de projetos de Concessões e PPPs publicados (8 editais publicados) e concluídos em 2020 (5 licitações concluídas com contrato assinado ou em rito de assinatura). É o segundo ano consecutivo em que o Município obtém esse marco, que decorre diretamente da produtividade e qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos pela SPP.*

*Assim como na área de negócios, há consideráveis avanços a serem comemorados em nossos sistemas de governança corporativa e gestão de riscos e compliance, com destaque à obtenção da Certificação ISO 37001, posicionando a empresa como*

*referência no cenário nacional em termos de Sistema de Gestão Antissuborno em estatais. No que tange aos resultados econômicos e financeiros da SPP, estamos no quinto ano sucessivo apresentando resultado econômico positivo, o que reforça a solidez financeira da Companhia e mantém a trajetória de redução dos prejuízos acumulados.*

*Existimos para tornar o setor público mais eficiente e criar condições para a melhora substancial da qualidade dos serviços públicos municipais colocados à disposição da população paulistana. Esse propósito é compartilhado por nossos colaboradores, a quem agradecemos por toda a dedicação e esforços empreendidos na viabilidade de cada um desses projetos.*

Rogério Ceron de Oliveira  
**Diretor-Presidente**

*"Existimos para tornar o setor público mais eficiente e criar condições para a melhora substancial da qualidade dos serviços públicos municipais colocados à disposição da população paulistana".*



## SOBRE O RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO

O Relatório Anual Integrado da Administração informa e presta contas ao público de interesse e à sociedade em geral, apresentando o contexto operacional vivenciado e o desempenho alcançado, o modelo de Governança Corporativa e de Compliance, os capitais financeiros e não financeiros relevantes e as oportunidades e principais riscos enfrentados pela Companhia ao longo do exercício de 2020.

Este documento, assim, abrange a atuação da Companhia na consecução do seu objeto social, de acordo com o interesse público que justificou

a autorização da sua criação, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020. Engloba o cumprimento da normatização vigente a que se submete, em especial, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas que as acompanham, a Legislação Societária (Lei Federal nº 6.404/1976) e a Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016), notadamente os requisitos de transparência previstos no art. 8º, mediante a consolidação das informações ali exigidas.

Acreditamos que toda informação material que possa influenciar no processo de tomada de

decisão está aqui divulgada. Os temas relevantes e estratégicos identificados, priorizados, analisados e validados durante o ano encontram-se consubstanciados e permeiam a nossa atuação diária. Nesta leitura, portanto, seremos capazes de identificar valores caros à Companhia, os quais são exercidos por meio da linha mestra da excelência dos serviços prestados, como a criação de valor para a sociedade, a atuação ética e íntegra, a racionalização dos recursos e a diversidade do capital humano. Dessa forma, cumprimos nossa missão e reforçamos o valor reputacional por nós conquistado.

## APROVAÇÃO

Este Relatório foi validado por nossa Diretoria Executiva e aprovado por nosso Conselho de Administração, em 29 de março de 2021, e encontra respaldo em nossa Auditoria Independente, conforme as Demonstrações

Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



Veja [aqui](#) nossas  
Demonstrações  
Financeiras.



MENSAGEM  
DA PRESIDÊNCIA

SOBRE O RELATÓRIO  
ANUAL INTEGRADO

DESTAQUES  
2020

A SPP

DESEMPENHO  
ECONÔMICO-FINANCEIRO

VISÃO DE  
FUTURO

AGRADECIMENTOS

IDENTIFICAÇÃO  
E CRÉDITOS

← 5 →



# DESTAQUES 2020



## PROJETOS



O desafiador ano de 2020 revelou, como nunca na história recente, a importância da adequada gestão dos recursos públicos para o atendimento às demandas essenciais da sociedade em setores prioritários. Escancarou-se a necessidade de gerar condições para que a Administração Pública possa direcionar seus esforços para ações prioritárias e melhoria contínua dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Para se atingir esse objetivo, as ações de desestatização permaneceram na pauta governamental em razão dos inegáveis e inadiáveis benefícios gerados pela transferência à iniciativa privada dos serviços por ela geridos de forma mais eficiente e eficaz. Pela mesma razão, determinados bens públicos e ativos municipais podem passar a ser administrados por entes privados, desonerando a municipalidade.

Nessa senda, em 2020, a SP Parcerias, mais uma vez, foi exitosa na estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas para o Município de São Paulo, e na efetivação de editais para alienação de imóveis.

Mesmo diante dos impactos adversos decorrentes da pandemia do Covid-19, logramos entregar ao Município significativos e diversificados projetos de concessões, PPPs, alienações de ativos e outras formas de parceria com a iniciativa privada.

Finalizamos o ano com 10 projetos concluídos, com contrato assinado ou em fase de assinatura e 19 editais estruturados e lançados, sendo 8 de Concessões e PPPs, e outros 10 em fase de publicação, sendo 3 de concessões e PPPs. Essas entregas representam a monta expressiva de R\$ 2,5 bilhões em outorgas e R\$ 4,8 bilhões em benefícios totais para a cidade.



PROJETOS


GESTÃO E ESTRATÉGIA

Também são de inegável destaque os projetos em andamento em que atuamos em 2020, quais sejam: PPP de Geração Distribuída; Concessão de Uso do Baixo do Viaduto Lapa; Concessão do Parque Chuvisco; outros 7 editais de alienação de imóveis; novo modelo para locação de creches; publicação de PMI para Conectividade e de PMI para soluções de digitalização do acervo do Arquivo Municipal; e início das atividades de suporte à gestão contratual das concessões realizadas.

Na estruturação de projetos voltados à utilização do espaço público, a SPP tem buscado consolidar em suas modelagens o conceito de democratização e ampliação do uso desses espaços, de forma a viabilizar atividades de interesse coletivo gratuitas à população, com destaque para a Concessão do Anhangabaú.

Além disso, outro ponto de atenção constante da Companhia é a preservação ou mesmo a ampliação das áreas verdes, em prol das ações ambientais no Município e da qualidade de vida de seus cidadãos, como é o caso das Concessões dos Parques.

**10** PROJETOS  
CONCLUÍDOS  
com contrato assinado ou  
em fase de assinatura

 **19**  
EDITAIS ESTRUTURADOS  
E LANÇADOS

 **10**  
EDITAIS EM FASE  
DE PUBLICAÇÃO



## GESTÃO E ESTRATÉGIA

Para assegurar que os serviços que prestamos à Administração Pública não sejam utilizados para outros fins que não o interesse público, desde 2019 a Companhia vem implementando ações de promoção à ética e à integridade como base para a condução de suas atividades.

Como resultados dessas ações, em 2020 foi aprovado, divulgado e implementado o Programa de Integridade e Boas Práticas. E para fortalecer ainda mais esse conjunto de medidas, a SPP implementou também em sua estrutura o Sistema de Gestão Antissuborno, o qual, em setembro do mesmo ano, orgulhosamente, foi certificado pelo atendimento dos requisitos da norma internacional, posicionando a São Paulo Parceiras como a primeira empresa da Administração Pública Municipal da maior capital do país a ter a Certificação ISO 37001.

O atingimento dessa meta, obtida após intenso e rígido processo de auditoria, além de

propiciar a otimização dos controles internos já existentes, com efetivos mapas de riscos e a padronização de documentos e registros, ementários, calendário de obrigações, instruções de trabalho, treinamentos, etc., demonstra não apenas o pleno compromisso da Companhia com a prevenção e o combate à corrupção, mas principalmente a efetiva aplicação das medidas de integridade requeridas em seus processos e atividades, mediante o compromisso de monitoramento constante – inegável exemplo nacional.

E nada disso teria sido possível sem o comprometimento dos dirigentes e colaboradores da SPP, que, mesmo em meio à adaptação ao trabalho em *home office*, continuaram a desempenhar suas atividades com dedicação e excelência.

Por fim, e sem perder de vista o mais importante – a saúde dos colaboradores e seus familiares – logo no início da pandemia, a Companhia prontamente adotou o regime de teletrabalho, sempre atenta às diretrizes emanadas dos órgãos competentes. Com o mesmo propósito, previamente ao retorno gradual dos colaboradores às atividades presenciais,







implementou diversas medidas preventivas definidas em um criterioso Plano de Retomada e Enfrentamento da Covid-19, que demonstrou ser essencial para resguardar a saúde e a segurança de todos, revelando a sua efetividade, uma vez que até o momento não houve nenhum caso interno de infecção.

A par de todo o exposto acima, é de suma importância salientar que a SP Parcerias obteve todos esses êxitos em plena contenção de gastos. Ciente do seu compromisso com o erário público, a Companhia promoveu a redução de contratos significativos como os de locação da sede, limpeza, telefonia, tecnologia da informação e locação de impressoras, que, somados à internalização dos serviços de consultoria contábil e de recursos humanos, iniciada em janeiro do presente ano, conduzirão a uma expressiva redução de 41% das despesas administrativas. Isso sem falar que a atuação própria em consultoria contábil e recursos humanos traduz organização interna e controle

das atividades, bem como a maturidade do nosso corpo técnico atual.

E, por último e de suma importância, ressaltamos o apreço em conquistar a categoria de “muito elevada transparência ativa” na avaliação realizada pela Controladoria Geral do Município no último semestre de 2020 e que tem por objetivo fiscalizar e retratar o nível de transparência ativa dos sites institucionais dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Tal avaliação do insigne órgão de controle comprova o nosso compromisso com a transparência na busca pela efetivação do interesse público que nos move.



CATEGORIA DE  
**MUITO ELEVADA**  
**TRANSPARÊNCIA ATIVA**  
NA AVALIAÇÃO REALIZADA PELA CGM

1ª



EMPRESA DA **QMS** Certification Services  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
MUNICIPAL DE SÃO PAULO



A SPP



## QUEM SOMOS

Somos uma sociedade de economia mista integrante da Administração Pública Indireta do coração financeiro da América Latina, vinculada à Secretaria de Governo Municipal e nascida para estruturar e desenvolver projetos de concessão, privatização e parcerias público-privadas, a fim de viabilizar a consecução do Plano Municipal de Desestatização e do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas – rol de serviços e ativos municipais que podem ser transferidos à iniciativa privada, sendo que, em um levantamento inicial, foram mapeados 55 serviços desse tipo, sendo 10 considerados prioritários<sup>1</sup>.

Neste contexto, prestando nossos serviços com excelência, buscamos cumprir **NOSSA MISSÃO** de promover o bem-estar econômico e social por meio da entrega de projetos definidos como prioritários pela administração municipal, sempre guiados por **NOSSOS VALORES** de ética, transparência,

zelo pelos recursos públicos e sustentabilidade, no intuito de concretizar a **NOSSA VISÃO** de ser referência nacional em desestatização e gestão eficiente do Estado. E, pelos resultados ora apresentados, acreditamos estar no caminho certo.

Neste sentido ainda, consolidamos que a nossa razão de ser é atender o interesse público. Por meio das parcerias firmadas entre a Administração e a iniciativa privada, há inegável desoneração do município e consequente aumento de suas receitas, as quais podem ser revertidas para outras atividades e necessidades de interesse dos cidadãos. Dessa forma, além de tornar mais eficiente a prestação de serviços e a exploração de determinados ativos, a atuação da SPP promove o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Tudo realizado por nosso quadro especializado de colaboradores, que analisa a viabilidade

desses projetos, considerando, entre outros, os aspectos técnico-operacionais, econômico-financeiros e jurídico, com vistas a identificar as melhores formas de conceder à iniciativa privada os serviços e os ativos municipais passíveis de concessão, privatização ou parceria, de forma que resultem em vantagem econômica, operacional e/ou social em relação ao modelo existente.

## NOSSA RAZÃO DE SER É ATENDER O INTERESSE PÚBLICO

<sup>1</sup><https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/noticias/index.php?p=270727>



No âmbito de suas atividades, a SP Parcerias tem atuado desde a concepção inicial dos projetos, passando por procedimentos de manifestação de interesse, procedimentos preliminares de manifestação de interesse, audiências e consultas públicas, interação com o Tribunal de Contas, suporte técnico para assinatura dos consequentes contratos, ganhando destaque, no ano de 2020, também com a incipiente e considerável atividade de suporte à gestão contratual das concessões realizadas.

Nossos diferenciais e nossa cultura, nesta senda, envolvem a pluralidade de formações, expertises e experiências do nosso corpo técnico – o nosso time. Baseada na valorização do capital humano em prol do sucesso e da excelência do trabalho prestado, com o fim de garantir a sua missão, a SP Parcerias estimula uma cultura institucional alicerçada na ética, na diversidade e na integração entre as equipes, com constante capacitação dos colaboradores como forma de desenvolvimento profissional e pessoal de todos e com foco na qualidade e na entrega de resultados necessários e eficazes à consecução dos objetivos sociais.





# NOSSOS NEGÓCIOS

## Projetos com contrato assinado ou licitação concluída em 2020

### Concessão do Vale do Anhangabaú

A concessão de uso, a título oneroso, visa ativar o espaço público localizado no Vale do Anhangabaú e adjacências, incluindo as Galerias Prestes Maia e Formosa, mediante sua revitalização e integração com o entorno. A ativação proposta pela concessão dar-se-á mediante a qualificação do espaço com a realização de atividades e eventos, oferecimento de serviços e locação de espaços para comércio e alimentação, a fim de transformar uma área que hoje é de trânsito, em destino.

O projeto visa, assim, proporcionar à população um local de permanência com ambiência urbana, acessibilidade, lazer, zeladoria e segurança capaz de impactar positivamente o

local e os munícipes, agregando desenvolvimento social e econômico a uma área tão importante para a região central da cidade.

De maneira geral, o projeto tem, entre outros, os objetivos de apoiar a requalificação da área central do Município; intensificar e divulgar a ocupação e atividades na área da concessão, especialmente durante a noite e aos finais de semana; tornar a área da concessão um ponto de referência de eventos e atividades; e ativar a utilização de espaços ociosos.

#### Benefícios Qualitativos

- Revitalização do Vale do Anhangabaú e adjacências.
- Oferta pela concessionária de atividades gratuitas e abertas à população, classificadas como socioculturais, educacionais, esportivas, ou recreativas e

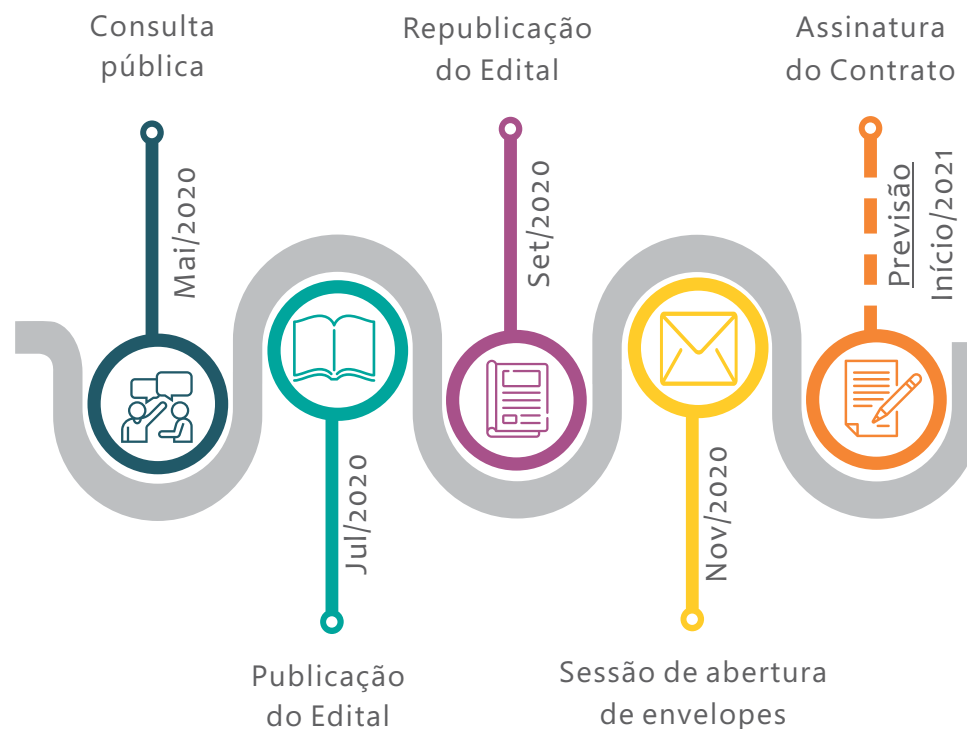
de lazer, que ocorrerão diariamente, inclusive aos finais de semana e no período noturno.

- Destinação de quiosques para uso e operação voltados a cafés, bares e restaurantes ao longo de toda área da concessão, visando transformar a área em um local de permanência dos munícipes. Para incentivar o uso e a ocupação do local no período noturno e aos finais de semana, os quiosques deverão funcionar das 9 às 23 horas todos os dias, sendo que 3 deles deverão permanecer abertos das 9 horas à 1 hora da madrugada aos finais de semana.



## Benefícios Quantitativos

- Consórcio vencedor apresentou proposta no valor de R\$ 6,5 milhões, totalizando um ágio de mais de 6.750% do mínimo estabelecido.
- Ganhos estimados de cerca de R\$ 46 milhões em benefícios econômicos diretos.





## Concessão do Complexo Anhembi

O projeto foi concebido para potencializar a vocação do espaço para recepção de eventos, de forma a consolidar o Município de São Paulo como polo de atratividade para o turismo de experiência e permitir a ocorrência das externalidades positivas geradas por esta extensa cadeia produtiva.

Para tal, a concessionária deverá realizar uma série de investimentos nos equipamentos, além de disponibilizar o Sambódromo ao Poder Concedente para a continuidade da realização do carnaval.

Foi apresentada proposta de R\$ 54 milhões a título de outorga inicial para a concessão, que abrange a reforma, a gestão, a manutenção, a operação e a exploração do equipamento. Como contrapartida, tal proposta será complementada por outorga anual baseada na receita auferida pela concessionária.

### Benefícios Qualitativos

- Reforma e investimentos nos equipamentos.
- Gestão, manutenção, operação e exploração do equipamento.

### Benefícios Quantitativos

- Benefícios econômicos de cerca de R\$ 64 milhões para a Prefeitura.
- A operação do Complexo deixará de ser deficitária em R\$ 30 milhões anuais e passará a gerar benefícios totais que alcançam R\$ 3 bilhões, considerando ganhos com outorgas, investimentos, impostos e desoneração.



Complexo do Anhembi





## Concessão do Mercado Municipal Paulistano e Kinjo

A concessão visa o aprimoramento da gestão por meio do restauro, reforma, operação, manutenção e exploração do Mercado Paulistano e do Mercado Kinjo Yamato pelo período de 25 anos. Entre as obrigações da concessionária, estão a administração, operação, manutenção, vigilância e limpeza, com o direito de exploração comercial dos mercados e estacionamento.

### Benefícios Qualitativos

- Reforma e restauro dos equipamentos.
- Adequação de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e prediais.
- Acessibilidade.
- Melhoria na prestação de serviços.
- Revitalização de pontos turísticos.

### Benefícios Quantitativos

- Benefícios econômicos de cerca de R\$ 64 milhões para a Prefeitura.





## Programa de Ativação dos Baixos de Viadutos

O programa propõe transformar o ambiente urbano no qual inserem-se os viadutos da Cidade de São Paulo visando a integração das áreas situadas nos baixos e adjacências de tais estruturas com seu entorno imediato, de forma a gerar uma cadeia de externalidades positivas decorrentes da criação de um espaço público de permanência, dotado das condições necessárias de conforto e atratividade para uma efetiva ativação da área.

O programa teve início com um projeto piloto no Viaduto Pompeia, cuja modelagem jurídica adotada foi a de termo de permissão de uso, aprimorada na sequência para o modelo de concessão comum, adotada nos projetos dos Viadutos Antártica e Lapa.

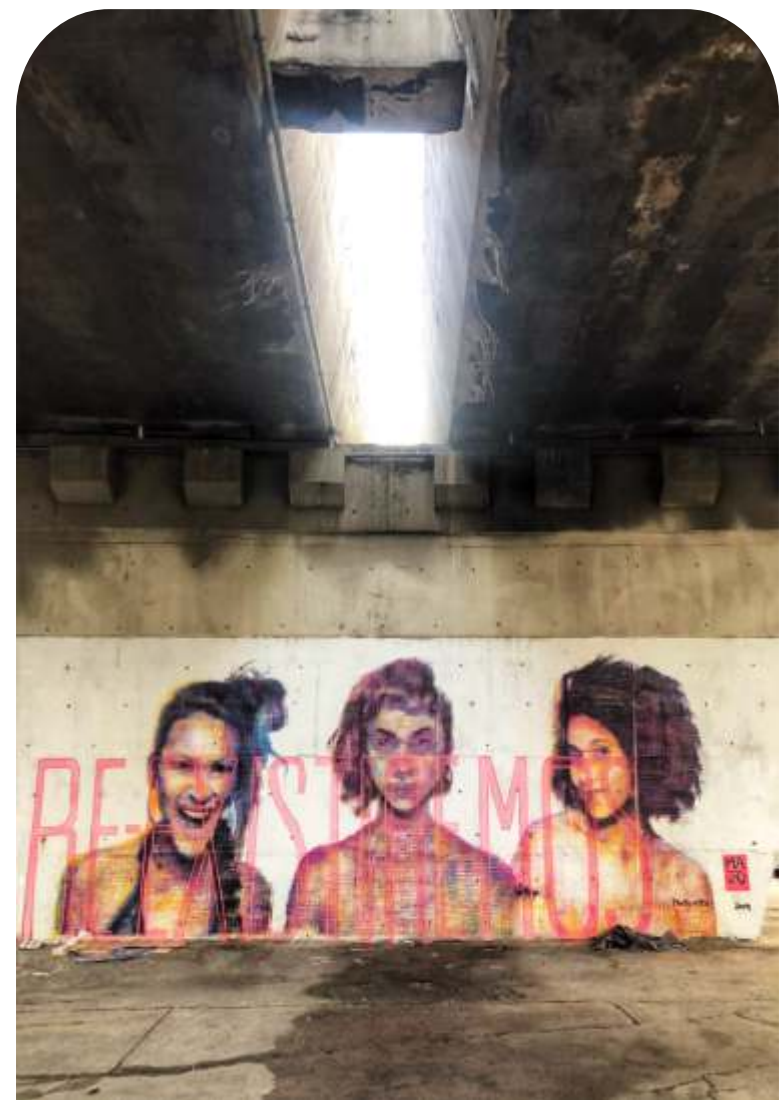
Com a conclusão desses projetos, vislumbra-se a expansão do programa considerando os cerca de 85 baixos de viaduto com potencial de ocupação regular. A exploração comercial da área pela concessionária poderá proporcionar um núcleo de desenvolvimento e fomento do micro empreendedorismo nesses espaços.

### Benefícios Qualitativos

- Requalificação da área com iluminação complementar, câmeras de segurança e sanitários.
- Instalação de mobiliário urbano, equipamentos esportivos e de lazer.
- Realização de atividades de interesse coletivo recorrentes.

### Benefícios Quantitativos

- Cerca de R\$ 15,5 milhões ao longo do período de sua execução.





Assinatura do termo de permissão de uso do Baixo do Viaduto Pompeia

Assinatura do contrato de concessão de Uso do Baixo do Viaduto Antártica



Consulta pública para a concessão de uso do Baixo do Viaduto Lapa

Publicada a licitação da concessão de uso do Baixo do Viaduto Lapa





## Concessão do Estacionamento Rotativo

Em maio de 2020, foi assinado o contrato de Concessão que prevê a modernização da gestão do serviço de estacionamento rotativo no Município de São Paulo, gerando melhorias significativas aos usuários, tais como informações em tempo real acerca das vagas disponíveis por meio de mapas de calor, aquisição facilitada de Cartões Azuis Digitais, entre outros. O projeto também objetiva a redução da evasão ao pagamento pelo uso do serviço público, evitando que usuários utilizem as vagas nas vias e logradouros sem o devido pagamento pelo uso.

### Benefícios Qualitativos

- Prestação de serviços de aquisição de cartão zona azul digital e de informação ao usuário (aplicativos) sobre vagas disponíveis para estacionamento em tempo real na cidade.
- Diversificação dos meios de pagamento para o usuário.

- Estruturação de centro de controle operacional para o sistema, além da instalação, manutenção e conservação da sinalização das vagas.
- Melhoria na prestação de serviços.

### Benefícios Quantitativos

- Ganho econômico de R\$ 2 bilhões para a cidade entre pagamento de outorga fixa e variável, desoneração do orçamento municipal, investimentos e recolhimento de impostos.





## Outros projetos em curso em 2020

### Terminais de ônibus urbanos

Concessão administrativa que prevê a administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação completa de todos os terminais de ônibus municipais, e que resultará em benefícios em investimentos e na prestação de serviços para cerca de 850 mil passageiros diários.

- 31 terminais.
- 6 estações de transferência.
- 4 corredores de ônibus.
- 2 paradas.

#### Benefícios Qualitativos

- A PPP permite a exploração de empreendimentos associados nas lajes dos terminais de maneira a dinamizar o equipamento, cumprindo com a política municipal de adensamento nos eixos de transporte e inspirada em modelos já consolidados em outros países.

#### Benefícios Quantitativos

- Construção de 7 empreendimentos associados nos terminais.
- Receita acessória a ser compartilhada com a Municipalidade.
- Redução dos custos de operação e manutenção dos terminais de cerca de R\$ 295,2 milhões em contrato terceirizado para, no mínimo, R\$ 208,2 milhões.





## PPP de Piscinões

A parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa prevê a requalificação, operação, manutenção e conservação de reservatórios de águas pluviais. Prevê, ainda, na esteira da Política Municipal de Prevenção de Enchentes no Município de São Paulo, a construção de cinco microbacias e a requalificação de quatro reservatórios já existentes, bem como a sua manutenção, conservação e operação. Também permite a exploração de empreendimentos associados nas lajes dos reservatórios como uma das formas de exploração de receitas acessórias pela concessionária.



### Benefícios Qualitativos

- Melhoria dos sistemas de drenagem do município.
- Diminuição da ocorrência e impacto das enchentes.
- Redução da área inundável.
- Requalificação dos reservatórios existentes.

### Benefícios Quantitativos

- Redução estimada de gastos pela Prefeitura da ordem de R\$ 139,158 milhões em 33 anos, comparada com a operação dos reservatórios existentes e a construção dos planejados.





## Concessão de Cemitérios, Crematórios e Serviços Funerários

Concessão comum dos serviços cemiteriais, pelo período de 35 anos, envolvendo a gestão, operação, manutenção, exploração, revitalização e expansão dos 22 cemitérios e dos crematórios públicos e da prestação dos serviços funerários no Município de São Paulo, sendo o critério de julgamento da licitação, o maior valor de outorga fixa a ser paga do Poder Concedente.

### Benefícios Qualitativos

- Redução de 25% no valor cobrado pelo pacote do funeral social.
- Construção de 3 novos crematórios municipais e requalificação do crematório Vila Alpina, expandindo-se o oferecimento deste tipo de serviço para os usuários.
- Implantação de, no mínimo, 4 agências funerárias.

- Revitalização dos 22 cemitérios existentes.
- Substituição do sepultamento em quadras gerais por gavetas.
- Medição da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias por meio de indicadores de desempenho.
- Gestão e administração dos registros eletrônicos dos usuários e digitalização dos livros atualmente existentes.
- Manutenção, zeladoria e limpeza das edificações, instalações, bens, equipamentos e mobiliários que guardam os cemitérios e crematórios municipais.
- Assunção das gratuidades dos hipossuficientes e doadores nos termos da legislação de regência vigente no Município de São Paulo e do encargo de implantação de memoriais em homenagem a mortos políticos do período ditatorial brasileiro.

- Armazenamento e tratamento adequados das ossadas dos não identificados e não reclamados, bem como das ossadas com identificação ilegível que atualmente existem nos cemitérios públicos municipais.
- Incentivo à expansão de áreas verdes nos cemitérios públicos.

### Benefícios Quantitativos

- Investimentos previstos para a concessão (CAPEX) da ordem de R\$ 204,129 milhões, sendo que o Value for Money (VfM) do projeto totaliza cerca de R\$ 694 milhões, a valor presente.
- Investimentos previstos para a concessão (CAPEX) da ordem de R\$ 204,129 milhões, sendo que o Value for Money (VfM) do projeto totaliza cerca de R\$ 694 milhões, a valor presente.



PPMI sobre  
serviços  
funerários



Consulta  
Pública



Aprovação da  
modelagem  
pelo CMDP



Republicação  
do Edital



Revogação do Edital para  
remodelagem e posterior  
republicação



Jun/2017 a  
Jan/2020

PMI sobre  
cemitérios e  
crematório

Nov-Dez/2019

Reabertura do  
prazo de  
consulta pública

Fev/2020

Publicação  
do Edital

Mai/2020

Suspensão  
da licitação



Concessão de cemitérios Crematórios e  
Serviços Funerários





## Parques

### Concessão dos Parques Trianon e Mario Covas e Praça Alexandre de Gusmão

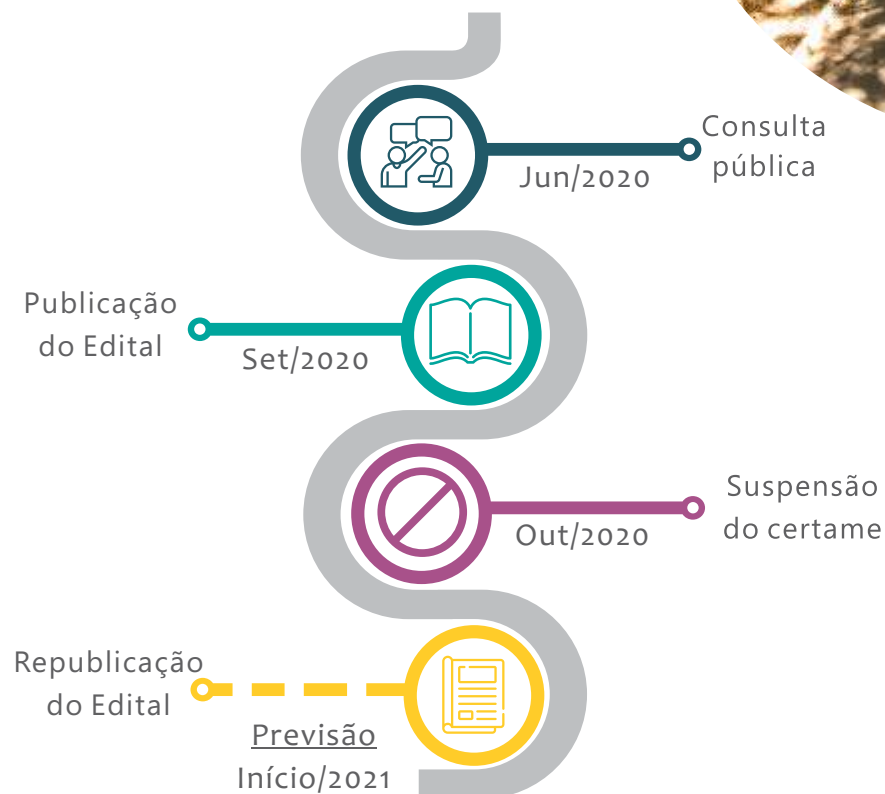
O Parque Tenente Siqueira Campos (Trianon), a Praça Alexandre de Gusmão e o Parque Mário Covas integram a pequena parcela de área verde remanescente na Avenida Paulista com potencial para um uso mais democrático de seus espaços, tornando-os mais atrativos ao cidadão.

#### Benefícios Qualitativos

- Ativação dos parques e da praça para atividades de interesse coletivo, gratuitas à população, bem como para a oferta de serviços.
- Preservação da fauna e da vegetação.
- Controle da execução contratual por meio de indicadores de desempenho, que constituem parâmetros de qualidade e resultam na atribuição de uma nota que impactará no pagamento da outorga.

#### Benefícios Quantitativos

- Ganhos estimados para o município de cerca R\$ 44,9 milhões em 25 anos de parceria.





## Concessão do Parque Chuvisco

O Parque Chuvisco foi implantado no local do antigo Clube do Chuvisco utilizado pelos funcionários da extinta Companhia Aérea Varig, produto das obrigações de Licença Ambiental Prévia da Operação Urbana Consorciada Água Espreada.

Com ampla vocação esportiva e equipamentos para a prática de atividades físicas, esse parque demanda infraestrutura de suporte que viabilize a permanência dos usuários ao longo do dia, uma vez que não oferece serviços de alimentação e estar.

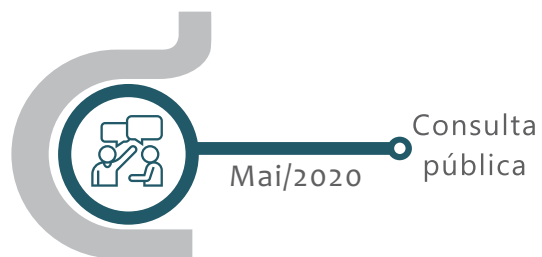
O propósito deste projeto é assegurar que o parque possa exercer plenamente a sua função de espaço público de relação entre o usuário e os recursos ambientais e de coesão social, de forma que seja um local acolhedor, com adequada segurança, serviços aos usuários e espaços adequados a práticas esportivas e a ações culturais.

### Benefícios Qualitativos

- Manutenção das características do parque como espaço público, estimulando seu usufruto pelos cidadãos.
- Melhoria no nível do serviço executado.
- Preservação e manejo da fauna e da flora do parque.

### Benefícios Quantitativos

- Desoneração do erário em relação à gestão do parque.
- Ganhos para o Município de R\$ 57,8 milhões em 25 anos de parceria.





## Concessão de Direito Real de Uso da Gleba Santa Etelvina III-B (Cidade Tiradentes)

O projeto propõe o desenvolvimento de uma gleba de propriedade da COHAB com mais de 600 mil metros quadrados localizada no distrito de Cidade Tiradentes, denominada “Santa Etelvina III B”.

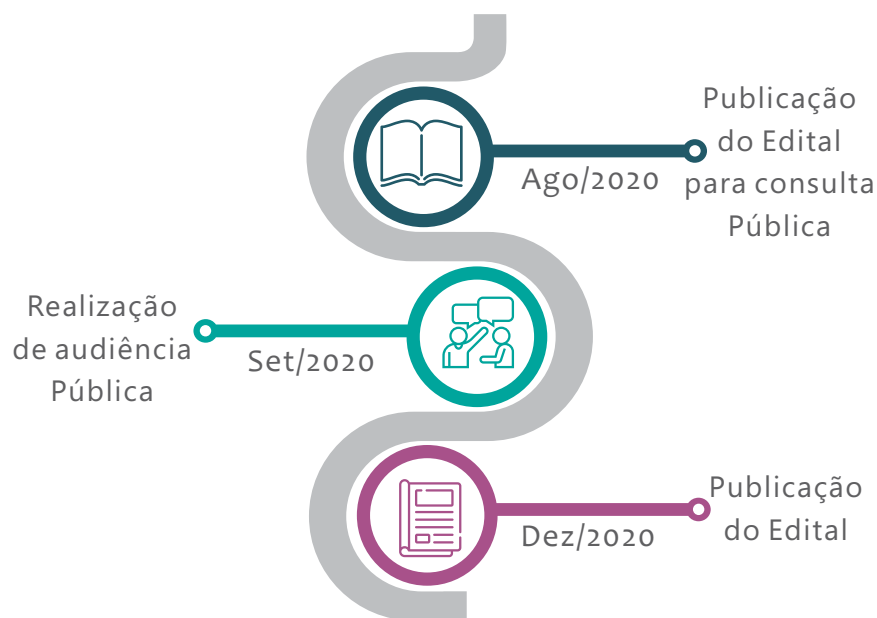
Para esse fim, estruturamos uma concessão de direito real de uso, cujo edital de licitação foi publicado em dezembro de 2020, no qual o Concessionário tem por encargos majoritários o parcelamento da gleba, a instalação de uma área de lazer aberta ao público e de um centro comercial.

### Benefícios Qualitativos

- Promover a função social da gleba, com urbanização, ativação econômica e oferta de serviços e lazer para a população da região.

### Benefícios Quantitativos

- Mais de R\$ 100 milhões em investimentos e ganhos de mais de R\$ 120 milhões ao município.





## Parceria CEUs

Os Centros Educacionais Unificados (CEUs) são equipamentos que integram esporte, lazer, educação e recreação criados pela Secretária Municipal de Educação de São Paulo. Implantados nas áreas periféricas do município, têm como função ser um dos potenciais redutores de desigualdades nesses espaços, por meio da oferta de atividades educacionais, culturais e esportivas para a comunidade do entorno.

Com esse propósito, estruturamos um projeto de parceria com o terceiro setor para a gestão dos 12 centros educacionais implantados em 2020 pela Prefeitura. O projeto teve como objetivo potencializar o papel deste equipamento dentro do território, mediante termo de colaboração com duração de 5 anos para a gestão administrativa dos espaços e prestação de atividades culturais e esportivas nos 12 novos Centros.

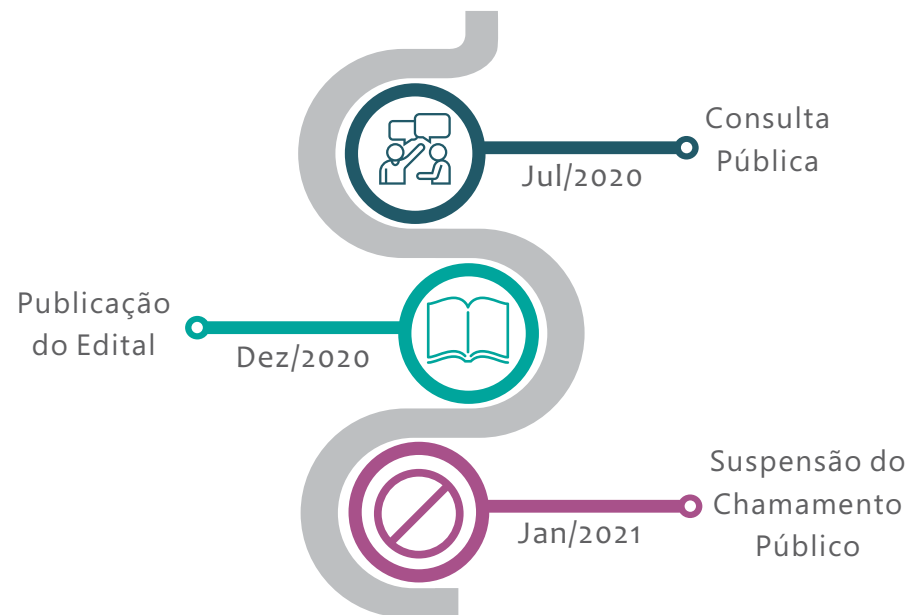
Amparada em diagnósticos acerca da necessidade de aperfeiçoamento do modelo atual de gestão dos CEUs, a parceria proposta se mostra como uma alternativa para proporcionar maior aproveitamento do seu potencial de oferta de muitas atividades e atendimento das demandas por esporte e atividades culturais.

### Benefícios Qualitativos

- Oferta de mais de 80 modalidades de atividades culturais e esportivas, com a participação direta da comunidade na sua escolha.
- Carga horária total 7 vezes maior que a oferecida atualmente.
- Implantação de um Conselho Gestor para cada um dos Centros, que contará com a participação da comunidade.
- Aumento da eficiência e qualidade dos serviços prestados.

### Benefícios Quantitativos

- O repasse total anual para custeio da parceria representa R\$ 19 milhões de economia ao ano em comparação ao custo vigente de um CEU, totalizando desoneração de R\$ 95 milhões ao longo da parceria.
- Importante frisar que, caso a Prefeitura oferecesse, por meio do modelo atual de gestão, a carga horária mínima prevista na parceria, o custo seria de R\$ 141,6 milhões ao ano, o que significa que, nessa perspectiva, a parceria economiza R\$ 278 milhões aos cofres públicos durante 5 anos.





## Programa de Alienação de Ativos Imobiliários

O programa tem por objetivo a transmissão de propriedade dos ativos imobiliários desocupados parcial ou totalmente pela Prefeitura, a fim de promover uma política urbana fundiária de uso e ocupação do solo que busque o melhor cumprimento da função social dos espaços da cidade.

### Benefícios Qualitativos

- Arrecadação proveniente da venda dos imóveis municipais e da desoneração dos custos de sua gestão e manutenção.
- Recebimento, pela Prefeitura, de recursos adicionais na forma do IPTU e ISS.
- Os ganhos poderão ser majorados em razão da outorga onerosa do direito de construir (OODC) e da arrecadação sob a forma de certificados de potencial adicional de construção (CEPAC), relacionados à construção e operação de novos empreendimentos imobiliários em certas áreas, aumentando-se, assim, a arrecadação tributária do Município de São Paulo.

Estima-se que os 4 imóveis alienados devam arrecadar mais R\$ 30,677 milhões ao cofre público Municipal.

### Benefícios Quantitativos

- 7 editais de alienação de imóveis publicados.
- 4 imóveis alienados pelo valor de R\$ 20.800.000,00, com ágio de R\$ 411.000,00.
- Estruturação da alienação de outros 7 imóveis, cujo valor total está estimado em R\$ 26.600.000,00.





## PPP Geração de Energia Distribuída

O projeto é o primeiro passo para um programa que pretende apostar na energia solar e renovável com vistas a reduzir as faturas de energia da Prefeitura. Este piloto consiste em uma Parceria Público-Privada, na modalidade concessão administrativa para a implantação, operação e manutenção de centrais para geração distribuída de energia solar fotovoltaica destinadas ao suprimento da demanda energética de unidades consumidoras vinculadas à Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, com gestão de serviços de compensação de créditos de energia elétrica. Nesse piloto, 80 UBSs serão contempladas com painéis fotovoltaicos para geração de energia elétrica, e o excedente que não for consumido pela própria unidade será distribuído para as UBSs que não possuam centrais geradoras.

O escopo do projeto garantirá o suprimento energético das UBS ao longo de 25 anos de contrato através da produção de cerca de 5,48 GWh no primeiro ano de operação, por meio da implementação de 3,45 MW de potência

instalada. Em termos de investimento em infraestrutura, estima-se um total de R\$ 22 milhões ao longo de todo o projeto.

### Benefícios Qualitativos

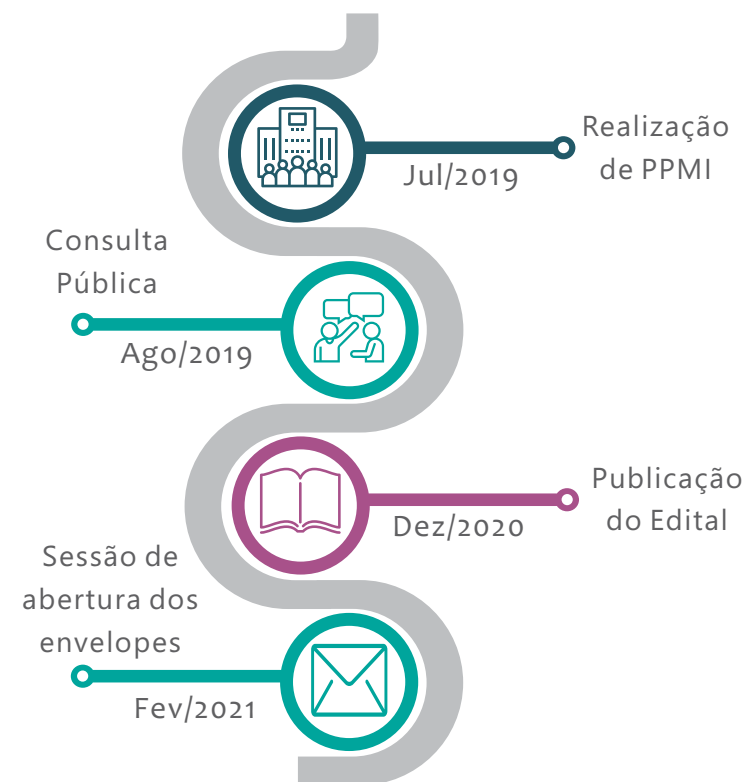
- Vantagens ambientais – por meio do uso de fontes renováveis no projeto piloto será possível evitar a emissão de aproximadamente 24 mil toneladas de gases de efeito estufa ao ano, o que equivale ao emitido por cerca de 15 mil carros de passeio. Tal emissão demandaria o plantio de mais de 150 mil árvores como forma de compensação, o que equivale a 9 vezes o número de exemplares arbóreos existentes no Parque Ibirapuera.

### Benefícios Quantitativos

- Redução de custos de energia elétrica da Prefeitura de, no mínimo, 25%, podendo chegar a 52%.
- Cerca de R\$ 24 milhões em benefício econômico total pelo período de 25 anos, que pode chegar a R\$ 36 mi se assinado

contrato com o consórcio vencedor, permitindo aos cofres municipais direcionar os recursos para áreas prioritárias como saúde, educação e habitação.

- O lance mais competitivo foi dado pelo consórcio Sol da Saúde, no valor de R\$ 177 mil/mês, resultando num deságio de 38% com relação à contraprestação máxima de R\$ 288 mil/mês fixada pelo edital.







## Centros de Educação Infantil

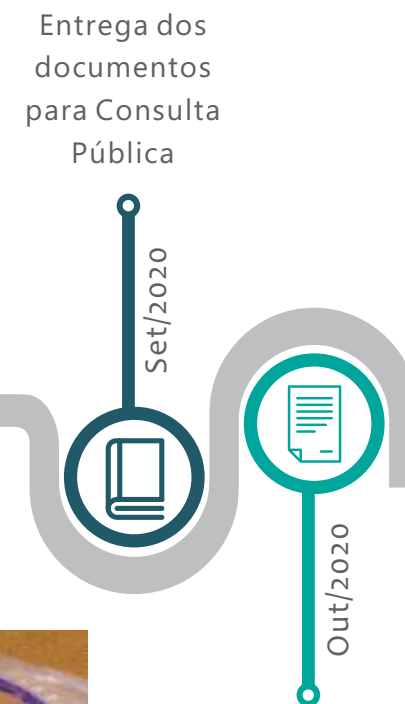
Estruturação de chamamento público para locação de imóveis destinados a Centros de Educação Infantil (CEIs). Mediante a publicação do chamamento público em questão, a Secretaria de Educação irá formalizar a intenção de locar uma quantidade pré-definida de imóveis a serem destinados a CEIs, indicando suas localizações específicas e valores máximos de aluguel. Os interessados disputarão a maior margem de economia no valor do aluguel, ficando responsáveis por centralizar a contratualização de toda a demanda locatícia do objeto do chamamento, bem como atender a todos os requisitos físicos dos imóveis apresentados.

### Benefícios Qualitativos

- Expandir a oferta do serviço através da contratação de novos imóveis financiados pelo montante economizado, ampliando-se o atendimento, sem que ocorra uma elevação das despesas correntes.

### Benefícios Quantitativos

- Economia de recursos ao resolver problemas de sobrepreço nos imóveis locados pela Secretaria de Educação.
- Potencial de economia mensal de R\$ 820 mil, suficientes para firmar contratos de locação para atender 7 mil novos educandos.





## Infraestrutura para Cidade Inteligente

Em outubro de 2020, foi publicado o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para obtenção de estudos de modelagem para projeto de parceria visando a requalificação, a operação, a manutenção e a exploração comercial da infraestrutura subterrânea de dutos do Município de São Paulo, bem como a implantação, a operação, a manutenção e a exploração comercial de rede de fibra óptica para a conexão de prédios da Administração Municipal.

Além de informações sobre a viabilidade econômico-financeira e jurídica do projeto, os estudos também poderão propor novas soluções de conectividade e integração com serviços municipais novos ou existentes, bem como solução para integração da rede óptica com os controladores das luminárias e com o Centro de Controle Operacional da rede de iluminação pública.

### Benefícios Qualitativos

- Melhoria no aproveitamento da infraestrutura de dutos, que possui cerca de 600 a 700 quilômetros de extensão.
- Aprimoramento da conectividade municipal, com redução de falhas e aumento da confiabilidade da rede, incluindo a conexão com banda larga de qualidade de 185 equipamentos da prefeitura.





- Viabilização da infraestrutura para conectividade e Cidade Inteligente, bem como a prestação de serviços automatizados, eficientes, remotos e integrados de forma coordenada e centralizada.
- Maximização das potencialidades comerciais dos ativos.
- 

### Benefícios Quantitativos

- Redução de custos operacionais diretos da Prefeitura Municipal de São Paulo.





## Pátios e Guinchos

Prevê a concessão da gestão e operação dos serviços de remoção e guarda de veículos que tiverem cometido infrações de estacionamento irregular nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.

Para ganho de eficiência, foi atribuída às concessionárias a obrigação de desenvolver um sistema digital integrado de gestão e operação, assim como a responsabilidade integral pela gestão de pátios, estacionamentos e guinchos.

### Benefícios Qualitativos

- Maior capilaridade dos serviços pelo município.
- Redução do tempo necessário para remoção dos veículos infratores das vias públicas e das distâncias percorridas pelos munícipes para reaverem seus veículos posteriormente.

- Apoio das concessionárias na realização de leilões públicos dos veículos não retirados pelos proprietários, evitando custos de armazenamentos desnecessários, redução dos riscos de ocorrência de danos aos veículos e maximização dos ganhos com a venda dos bens sem depreciação acentuada.
- Maior eficiência operacional e administrativa dos serviços.
- Melhoria sensível dos serviços aos usuários.
- Melhora de fluxo nas vias.
- Mais tecnologia e transparência para o Poder Público e para o cidadão.





### Benefícios Quantitativos

- Desoneração dos cofres públicos, outorgas, ISS e investimentos estimados em cerca de R\$ 304 milhões ao longo da vigência contratual.



Pátios e Guinchos



## Concessão do Complexo de Interlagos

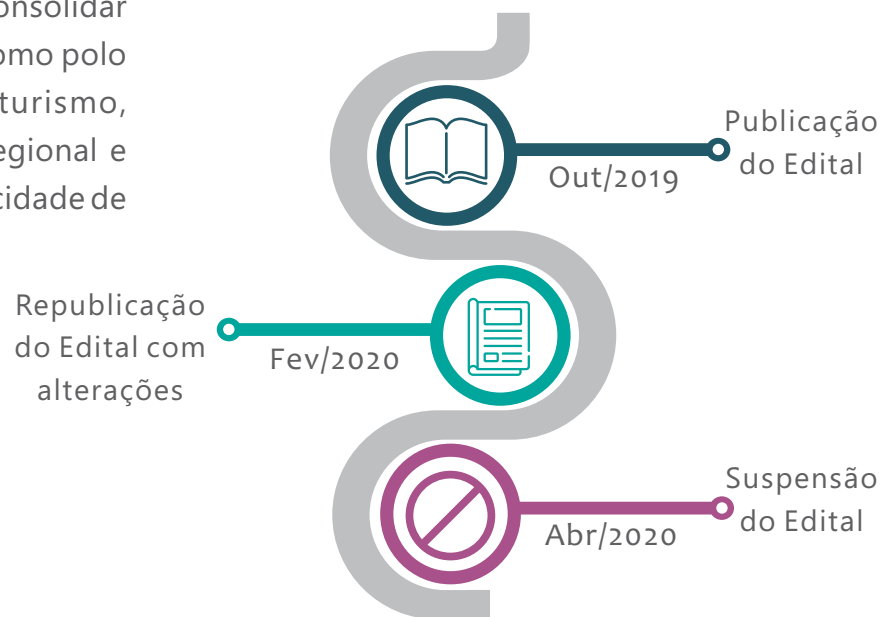
A concessão do Complexo de Interlagos prevê a requalificação, a gestão, a manutenção, a operação e a modernização do complexo, aliada à exploração de empreendimentos associados.

### Benefícios Qualitativos

- Potencialização da vocação do espaço para recepção de esportes a motor e de realização de eventos de grande porte, de forma a consolidar o Município de São Paulo como polo de atratividade para o turismo, fomentando a economia regional e possibilitando a plena capacidade de exploração do complexo.

### Benefícios Quantitativos

- Outorgas avaliadas em R\$ 376 milhões, sendo que os benefícios econômicos totais podem alcançar a cifra de R\$ 1,1 bilhão.





# NOSSOS RELACIONAMENTOS

A construção do relacionamento institucional com nosso público de interesse é alicerçada por sistemas estruturados de Governança Corporativa, de Compliance e de Gestão Antissuborno que imprimem esforços de atuação fundamentados nos princípios da ética, da transparência, da equidade, da prestação de contas (*accountability*) e da responsabilidade corporativa.

Consideramos os munícipes nosso principal *stakeholder* justamente por vir deles a fonte primária do aporte de capital da Companhia, bem como por serem eles os destinatários finalísticos da nossa atuação, sendo o impacto positivo do nosso trabalho na sociedade o que nos inspira e motiva. Para tanto, contamos com eficientes canais de comunicação institucional.





Por sermos uma sociedade de economia mista, integrante da Administração Pública Indireta do Município de São Paulo<sup>2</sup>, sob a forma de sociedade por ações, possuímos também diversos relacionamentos institucionais em razão da legislação. Nesse sentido, o Poder Executivo Municipal, na qualidade de acionista majoritário, é quem exerce o poder de controle no interesse da Companhia, respeitado o interesse público que justificou a sua criação.

Esse poder de controle é exercido essencialmente pelas orientações advindas de órgãos como a Junta Orçamentário-Financeira<sup>3</sup>, o Comitê de Governança das Entidades da Administração Indireta<sup>4</sup>, o Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município<sup>5</sup> e o Conselho Municipal de Administração Pública<sup>6</sup>, bem como, certamente, dos votos proferidos em Assembleia dos Acionistas, nas quais o Município é representado por membro da Procuradoria Geral do Município<sup>7</sup> devidamente credenciado.

Do mesmo modo, nos submetemos a controles externos, a exemplo do controle feito pelo Tribunal de Contas do Município e pela Controladoria Geral do Município – o que os torna, por corolário, igualmente nossos *stakeholders*.

A Companhia ainda se relaciona com diversos outros órgãos municipais para a execução e o cumprimento de sua atividade finalística em si. Nesse contexto, atualmente encontra-se vinculada à Secretaria de Governo Municipal, a quem cabe o exercício do poder de tutela e a garantia da observância das finalidades para as quais foi criada<sup>8</sup>, e ao Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias, ligado ao gabinete do Prefeito – a quem incumbe a gestão e supervisão do Plano Municipal de Desestatização.

Neste âmbito, a Companhia atua desde o nascimento dos projetos de concessões e parcerias público-privadas chegando ao suporte técnico para a assinatura dos

respectivos contratos. São 4 fases de relacionamento, portanto:

**1** – na fase inicial é analisada a viabilidade do projeto, contemplando a elaboração do plano de trabalho e do cronograma das atividades, do relatório de diagnóstico e da apresentação perante a Secretaria do Governo Municipal e o Conselho Municipal de Desestatização.

**2** – na fase seguinte são elaborados documentos como o edital de chamamento público (PMI/PPMI), o termo de referência ou relatório de subsídios preliminares para a modelagem do projeto e o relatório final de análise de estudos do chamamento realizado; além disso, é feita a apresentação das análises de estudos do projeto ou de relatório de viabilidade econômica, jurídica e institucional perante a Secretaria de Governo, a Comissão de Avaliação Preliminar e/ou Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias, conforme o caso, se necessário.

<sup>2</sup>Criação autorizada pela Lei Municipal nº 14.517/2007, alterada pela Lei Municipal nº 16.665/2017

<sup>3</sup>Decreto Municipal nº 53.687/2013

<sup>4</sup>Decreto Municipal nº 58.093/2018 e Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda – SF nº 3/2018

<sup>5</sup>Decreto Municipal nº 58.030/2017

<sup>6</sup>Decreto Municipal nº 50.514/2009

<sup>7</sup>Decreto Municipal nº 23.713/1987

<sup>8</sup>inciso IV do art. 4º do Decreto Municipal nº 59.000/2019





**3** – a terceira fase, por sua vez, contempla a modelagem do projeto em si e a elaboração de relatório consolidado com o modelo de desestatização proposto e suas justificativas técnicas, acrescidos dos documentos necessários para a licitação do objeto, tais como editais, anexos e minutas, desaguando na apresentação do projeto perante a Secretaria de Governo e ao Conselho Municipal de Desestatização.

**4** – e a quarta, e última fase, que compreende a consulta pública e a licitação em si.

Ainda, na consecução de sua atividade empresarial, a Companhia coleta subsídios junto à iniciativa privada para complementar o trabalho interno de modelagem (consultas públicas) e prospecção de projetos ou *roadshows*, interagindo com concessionárias, organizações sem fins lucrativos e investidores, bem como com órgãos reguladores dos setores objeto da modelagem e os próprios cidadãos,

por meio de um diálogo institucionalizado, alicerçado nos ditames constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, abarcando tanto as fases preliminares, como a própria licitação.



Consulte outros *stakeholders* da Companhia nos tópicos sobre Estrutura de Governança Corporativa e Estrutura Organizacional

## FASES DOS PROJETOS

1

Diagnóstico inicial  
e análise de viabilidade

Elaboração e análise  
de estudos

2

3

Modelagem

Consulta Pública e  
Licitação

4



## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E TÁTICO

O Compromisso de Desempenho Institucional é um instrumento de pactuação de metas entre a Companhia e o Município e tem por objetivo, racionalizar e otimizar a utilização dos recursos

públicos e assegurar a preservação do patrimônio e do interesse públicos, da economicidade e da qualidade dos resultados das atividades desempenhadas.

O Planejamento Estratégico envolve a análise do cenário externo a que a Companhia se sujeita – a chamada análise SWOT, bem como os objetivos estratégicos, sendo eles:

1

Implementar concessões comuns ou parcerias público-privadas em serviços públicos que podem ser prestados mais eficientemente pela iniciativa privada.

2

Viabilizar a privatização de ativos definidos pela Prefeitura, de modo a maximizar o retorno da alienação para o município e seus munícipes.

3

Manter o equilíbrio econômico-financeiro.

4

Fomentar a relação de parceria entre o setor privado e o poder público.

O Plano Tático, por sua vez, tem vigência bianual (2019-2020) e contém as metas para o resultado econômico-financeiro e de despesa de pessoal, o plano de investimentos, os produtos a serem entregues pela Companhia, a definição de indicadores de qualidade e a eficiência das nossas ações, assim como a adoção de instrumentos de governança corporativa e de desenvolvimento sustentável.

A prestação de contas é realizada anualmente ao Comitê de Governança das Entidades da Administração Indireta, o qual emite parecer acerca do cumprimento das metas pactuadas, encaminhando-o à Junta Orçamentário-Financeira.



Consulte [aqui](#) o Termo de Compromisso de Desempenho Institucional e o Relatórios de Acompanhamento.



# GOVERNANÇA CORPORATIVA

## Estrutura de Governança Corporativa

Nos termos da legislação societária, a estrutura corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral dos Acionistas, pelo Conselho de Administração, pelas Diretorias Executivas e pelo Conselho Fiscal.

Cumpramos ressaltarmos que as empresas estatais devem observar a capacidade técnica e a

reputação ilibada na nomeação dos seus membros, cabendo o exame dos requisitos legais ao Conselho Municipal de Administração Pública. A capacidade técnica dos administradores é comprovada pela experiência profissional e pela formação acadêmica compatível com o cargo para o qual são indicados, devendo ainda serem

observados critérios de diversidade e complementariedade de experiências como requisitos para a composição global dos órgãos de administração. A remuneração dos administradores e conselheiros, incluindo os benefícios, segue orientação específica emitida pela Junta Orçamentário-Financeira e pelo Acionista Controlador.



ASSEMBLEIA GERAL  
DOS ACIONISTAS

Constitui-se na reunião dos acionistas possuindo poderes para decidir sobre os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.



CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO

Fixa a orientação geral dos negócios

5 a 7

membros

Eleitos pela Assembleia Geral.



DIRETORIAS  
EXECUTIVAS

Administram e representam a Companhia

até 5

membros

Eleitos pelo Conselho de Administração.



CONSELHO  
FISCAL

Fiscaliza a atuação da Diretoria e do Conselho de Administração

até 3

membros

Eleitos pela Assembleia Geral.



Em atendimento à legislação municipal de governança e com base nos ditames da Lei das Estatais<sup>9</sup>, no ano de 2020, também foi realizada a avaliação anual de desempenho dos nossos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e do Conselho Fiscal. Para tanto, foram utilizados questionários pré-aprovados pela Junta Orçamentário-Financeira, devidamente adaptados à realidade da Companhia, cujos quesitos foram: a exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da atuação administrativa; a contribuição para o resultado do exercício; a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e o atendimento à estratégia de longo prazo. A técnica de coleta de dados utilizada foi a de questionário com perguntas abertas e fechadas.

O Conselho de Administração avaliou a si e aos seus próprios membros, bem como a Diretoria Executiva e os diretores, incluindo o Diretor-Presidente. O Conselho Fiscal, por sua vez avaliou a si e aos seus próprios membros. O objetivo da avaliação foi a verificação do cumprimento das funções e das responsabilidades aceitas conforme a lei e o estatuto, garantindo-se, assim, a efetividade da atuação dos órgãos e seus respectivos membros, permitindo a prestação de contas e o aperfeiçoamento da governança da Companhia.

<sup>9</sup>Art. 15 do Decreto Municipal nº. 58.093/2018 e art. 13, inciso III da Lei Federal nº. 13.303/2016.



## ADMINISTRADORES

Experiência profissional mínima de 5 anos no setor público ou privado, na área de atuação pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior.

OU

No mínimo 2 anos ocupando, pelo menos, um dos seguintes cargos:

- Direção ou chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa.
- Cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público.
- Docente ou pesquisador em áreas de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

OU

2 anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista.

E

- Ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado.
- Não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.

## CONSELHO FISCAL

Dever ter exercido, por prazo mínimo de três anos cargo de direção ou assessoramento na Administração Pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa.





## Estrutura Societária e de Controle

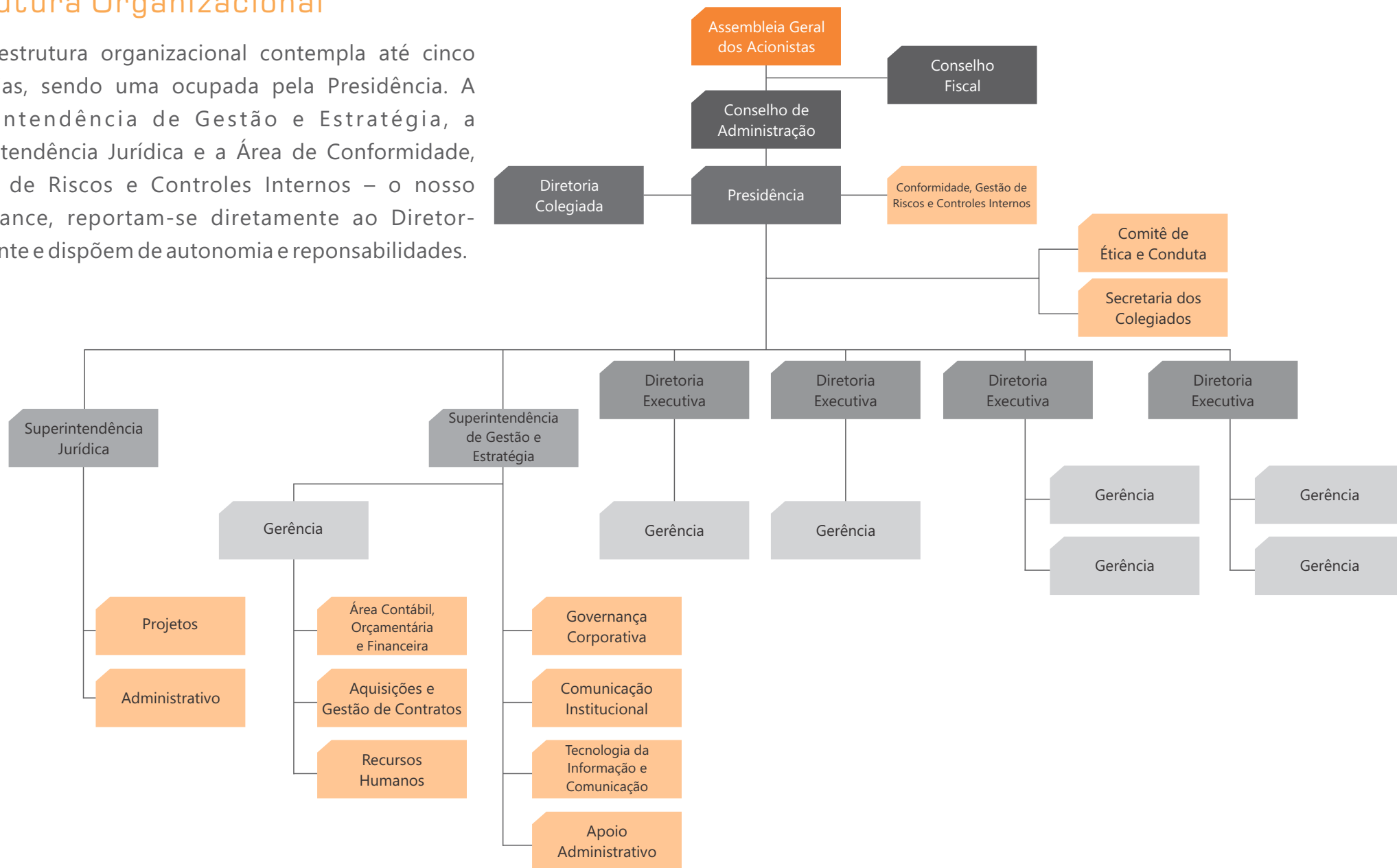
A SP Parcerias foi constituída, em 8 de fevereiro de 2010, por meio da Assembleia Geral de Constituição (Registro JUCESP nº 35300377290), tendo o seu capital social subscrito em R\$ 20 milhões divididos em mesmo número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Nesse contexto, o Poder Executivo Municipal possui 99,99% das ações da Companhia, sendo o seu acionista majoritário e detendo o poder de controle.





## Estrutura Organizacional

Nossa estrutura organizacional contempla até cinco Diretorias, sendo uma ocupada pela Presidência. A Superintendência de Gestão e Estratégia, a Superintendência Jurídica e a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos – o nosso Compliance, reportam-se diretamente ao Diretor-Presidente e dispõem de autonomia e reponsabilidades.





## Capital Humano e Intelectual

### Qualificação técnica multidisciplinar

A equipe da SP Parcerias destaca-se pela elevada qualificação, multidisciplinariedade e diversidade das áreas de atuação de seus profissionais, sendo atualmente formada por advogados, economistas, engenheiros, arquitetos, administradores, contadores e atuários. Dentre os profissionais que compõem o nosso corpo técnico, a totalidade possui nível superior, sendo que 26% possuem curso de pós-graduação, MBA ou extensão e 18% são mestres ou mestrandos.

MESTRES ou MESTRANDOS



PÓS-GRADUAÇÃO, MBA ou EXTENSÃO



NÍVEL SUPERIOR



### Diversidade

Em 2020, às duas Diretorias de Negócios já existentes, foram somadas outras duas conduzidas por mulheres que já compunham o nosso quadro de gerência, as quais foram devidamente indicadas pelo acionista majoritário e eleitas pelo Conselho de Administração, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia. Sob a subordinação das Diretorias, encontram-se as Gerências e suas respectivas equipes.

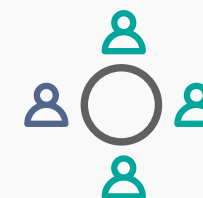
Assim, nosso capital humano recrutado com base na diversidade, no comprometimento, na postura profissional ética e íntegra e na qualificação intelectual de excelência, fechou o ano de 2020 sendo composto por 34 colaboradores, dos quais 56% são mulheres, sendo que das 4 Diretorias, 3 delas são ocupadas por mulheres.

# 34

COLABORADORES



DIRETORIA







## Clima organizacional e progressão

A cultura organizacional da Companhia permite o diálogo e a proximidade entre os seus colaboradores e os seus líderes, sendo o clima institucional preocupação de destaque. Ainda, a transparência, o respeito, a probidade, a postura profissional e ética e o comprometimento com os resultados são traços marcantes da liderança e dos colaboradores da SPP.

Conforme enfatizado, valorizamos a diversidade e assumimos o comportamento ativo de combater toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e assédio e incentivamos um ambiente de trabalho inclusivo e integrativo, por meio de ações que se voltam ao oferecimento de oportunidades igualitárias com aplicação de critérios essencialmente objetivos, tendo o mérito, a técnica e o comportamento como bases dos processos de contratação, remuneração, progressão e promoção, com o acompanhamento por meio de avaliações de desempenho semestrais e feedbacks constantes.

A progressão de cargos e o devido reenquadramento, em 2020, mais uma vez seguiu linhas estratégicas, visando a melhoria dos nossos resultados e a valorização dos nossos colaboradores com oportunidades de desenvolvimento na carreira, com foco na manutenção e na qualidade dos serviços prestados, provendo competências necessárias para a entrega de projetos do mais alto nível de qualidade e perfeição técnica, e desenvolvendo gestores e colaboradores para alavancar os nossos resultados.



## Treinamentos, capacitação e certificação

Também são destaques os programas de treinamento e de capacitação e certificação da Companhia. Prezamos pela excelência na estruturação dos nossos projetos e temos como premissa básica o reconhecimento profissional por meio da competência técnica, da entrega de resultados e das habilidades interpessoais dos nossos colaboradores. Dessa forma, investimos fortemente em atividades de treinamento, capacitação e formação, o que gera benefícios que se traduzem no resultado da Companhia, na qualificação dos nossos colaboradores, no retorno para os acionistas e na qualidade dos projetos entregues à sociedade.

Neste contexto, cite-se o nosso Programa de Treinamento Anual que, em 2020, viabilizou a participação de 28 colaboradores como palestrantes em 25 seminários apresentados internamente, os quais envolveram os mais diversificados temas de relevância aos negócios e atividades da SPP seja nas áreas de projetos, administrativa ou de compliance – todos com participação e apoio efetivo da alta direção.



## Saúde e segurança dos nossos colaboradores

Efetivamente prezamos pela saúde e segurança dos nossos colaboradores cumprindo a legislação trabalhista, incluindo a NR-7 e a NR-9 do Ministério do Trabalho, com a atualização anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, sendo estas, importantes ferramentas de antecipação e reconhecimento dos riscos existentes e de prevenção de doenças ocupacionais.

10

No conturbado ano de 2020 intensificamos tais ações, com o fim também de evitar a contaminação e a propagação do novo coronavírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Assim que decretada a quarentena e o sistema de isolamento social pelas autoridades sanitárias e governamentais, de imediato adotamos o regime de teletrabalho e acompanhamos atentamente as diretrizes emanadas dos órgãos competentes. Por meio da nossa área de comunicação, mantivemos

nossos colaboradores alertas em um efetivo sistema de *home office* que garantiu a segurança de todos e a manutenção da qualidade e da excelência dos serviços prestados, incluindo a realização de reuniões e treinamentos virtuais. Enfim nos reinventamos.

E previamente à primeira abertura econômica e social viabilizada pelas autoridades, implementamos diversas medidas preventivas definidas em um criterioso Plano de Retomada e Enfrentamento da Covid-19, cuidadosamente elaborado envolvendo, dentre outras, as medidas de distanciamento social; intensificação da higiene e limpeza; monitoramento das condições de saúde daqueles que eventualmente se fizerem presentes; fiscalização e comunicação; reabertura e fechamento da sede por fases, consoante o proposto pelo Plano São Paulo do governo estadual, obedecidas as ordens municipais emanadas ao longo do período; e

verificação do chamado grupo de risco – o qual é mantido em regime de teletrabalho integral. Tudo com vistas ao retorno gradual e seguro dos colaboradores às atividades presenciais e prezando também pela saúde psicológica e o bem estar de todos.

Nesse contexto, importante salientar a efetividade do Plano de Retomada da SPP, que demonstrou ser essencial, uma vez que até o momento não houve nenhum caso interno de infecção. Somos gratos.





# CANAIS DE COMUNICAÇÃO

## Canal institucional e Ouvidoria

Em prol da transparência e do diálogo institucional com a população e partes interessadas, disponibilizamos nosso canal institucional (spparcerias@spparcerias.com.br), bem como nossa ouvidoria (ouvidoria@spparcerias.com.br).

## Site

Também dispomos de um *website* (<http://www.spparcerias.com.br>) constantemente atualizado e monitorado, com vistas à comunicação transparente e tempestiva sobre nossos projetos, divulgação dos nossos instrumentos de Governança Corporativa, do nosso Código de Conduta e Integridade, das nossas informações econômico-financeiras, entre outras.

## Redes sociais

Dentro da viabilidade legal, mantivemos nossa presença nas redes sociais, com destaque para o *LinkedIn*, onde publicamos informações sobre os nossos projetos e nossas ações institucionais, atingindo, em 2020, o patamar de 2.896 atentos seguidores.





# COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

## O nosso Programa de Integridade e Boas Práticas - PIBP

A jornada da São Paulo Parcerias em direção à implementação de um Programa de Integridade e Boas Práticas começou em 2019 com a criação da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos. À criação da área, seguiu-se a formação de equipe dedicada à função e o início de seus trabalhos a partir do entendimento das principais atividades da SP Parcerias e dos eventos de risco a que a Companhia está exposta, etapa essencial à elaboração de um Programa adequado ao porte e à natureza de suas operações.

A probidade nos negócios é obrigação de todos os setores e segmentos de mercado. Na Administração Pública, contudo, a conduta idônea ganha proporções ainda mais significativas, pois nossas ações resultam em impactos, diretos ou indiretos, ao Município e aos munícipes. Não por acaso a ética é um dos valores da São Paulo Parcerias. Um valor que não comporta exceções.

Diante desse cenário e pensando em uma estrutura robusta e adequada à Companhia,

construímos nosso Programa de Integridade sobre nove pilares, os quais fornecem uma sólida base para que as operações e as atividades sejam executadas em conformidade com as leis e as normas internas, bem como sejam pautadas na conduta proba e transparente. A começar pelo compromisso da Alta Direção, condição primordial para a implementação e manutenção de um programa eficaz.





## 1º Pilar

### Compromisso da Alta Direção

A aprovação da criação da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos foi o passo inicial da Alta Direção rumo à construção do Programa de Integridade, demonstrando seu comprometimento com o fortalecimento da cultura ética organizacional, com o cumprimento dos diplomas normativos, com a importância da gestão de riscos para o alcance dos objetivos institucionais e com o aprimoramento contínuo de processos, atividades e controles internos.

Este é o primeiro pilar, pois sem ele a solidez do Programa como um todo e a continuidade dos passos seguintes podem ficar seriamente comprometidas. Esse compromisso, inequívoco e visível como determina o Decreto Federal nº 8.420/2015 que regulamentou a Lei Anticorrupção 12.846/2013, é evidenciado pelas várias ações dos nossos órgãos estatutários concernentes à aplicação do

Programa, incluindo o engajamento no processo de aprovação dos documentos que o compõem, participação ativa em treinamentos, assim como pela clara e contundente mensagem da Presidência na introdução do documento e em reuniões periódicas com os colaboradores.



## 2º Pilar

### Avaliação de Riscos

Desenvolvemos a Política de Gestão de Riscos de forma que pudesse prover uma sólida metodologia para assegurar, com razoável segurança, o adequado tratamento dos riscos das operações e dos processos da Companhia. Assim, o processo de levantamento e avaliação foi executado conforme etapas, procedimentos e critérios estabelecidos no documento.

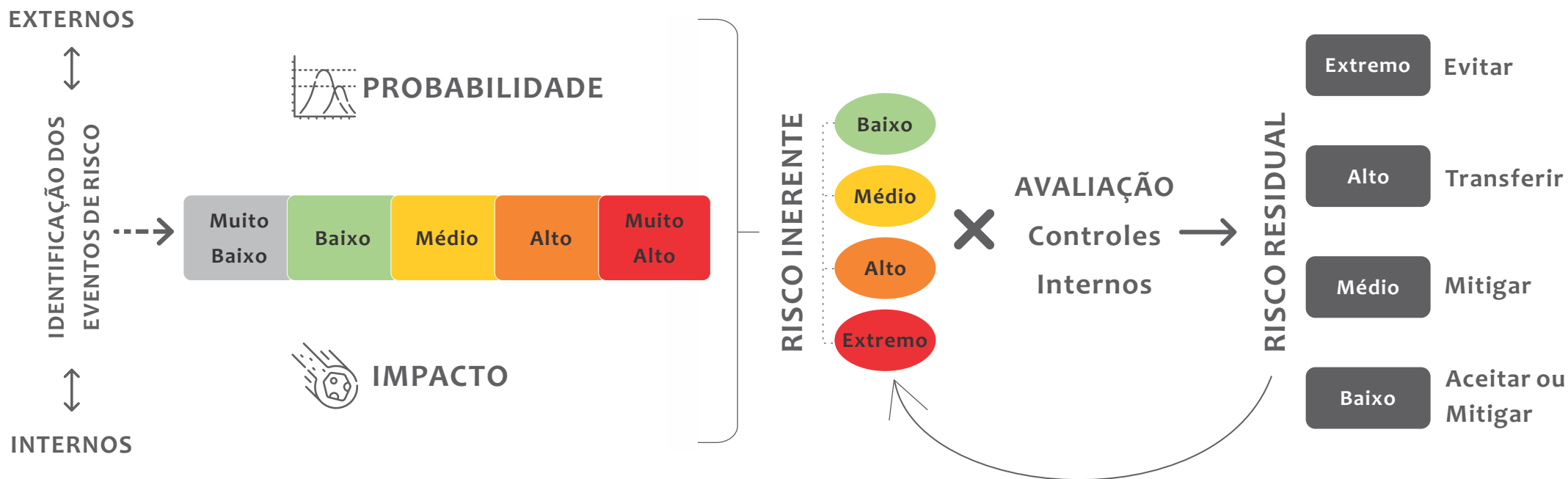
Em 2020, priorizamos o mapeamento dos riscos à integridade, os quais abrangem riscos de suborno, corrupção e fraude, bem como os

riscos operacionais das áreas consideradas prioritárias em razão de sua maior exposição a riscos dessa natureza.

Os riscos de crédito, de liquidez e de mercado, por sua vez, contam com controles adequados e monitoramento regular quanto à sua exposição, conforme divulgado em notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia.



## Processo de avaliação de riscos



### CATEGORIAS DE RISCOS

#### ESTRATÉGICOS

Mudanças adversas no ambiente de negócios ou uso de premissas inadequadas no processo decisório, afetando o alcance dos objetivos.

#### OPERACIONAIS

Falhas, fragilidade ou inadequação de processos internos ou de sistemas de tecnologia, erros humanos, eventos externos, podendo resultar em perdas, danos ou comprometimento das operações.

#### INTEGRIDADE

Descumprimento de requisitos legais, irregularidades, desvios de conduta e ilícitos como fraude, suborno e corrupção, que podem causar danos à reputação institucional, além das penalidades aplicáveis.

#### FINANCEIRO/ ORÇAMENTÁRIO

Ocorrências que podem comprometer a capacidade da Companhia de contar com recursos orçamentários e financeiros necessários à consecução de suas atividades ou eventos que possa comprometer a própria execução orçamentária.

#### LEGAL

Alterações em leis e regulamentos que possam afetar as atividades da Companhia.



### 3º Pilar Instrumentos de Integridade

Iniciamos a construção dos instrumentos que compõem o Programa ainda em 2019, começando pela detalhada revisão, complementação e aprimoramento do Código de Conduta e Integridade da Companhia – instrumento basilar em seu papel de prover a orientação de todos, seja da alta direção ou colaboradores. Sem exceção, devemos nos conduzir por ele no exercício de nossas atribuições e responsabilidades.

Ato contínuo, desenvolvemos as políticas que definimos como prioritárias: Anticorrupção, Conflito de Interesses, Gestão de Riscos e Contábil, além das Diretrizes para Prevenção de Fraudes e Ilícitos em Processos Licitatórios e na Execução de Contratos Administrativos.

O ano de 2020 foi, então, um período de consolidação dos trabalhos iniciados em 2019 para a efetiva implementação do Programa de Integridade na São Paulo Parcerias. Aos

supracitados instrumentos que já o integravam em 2019, foram acrescentadas: a Política de Doações e Patrocínios, as diretrizes de *Due Diligence*, posteriormente incorporadas à Política de Gestão de Riscos, e o Regimento Interno do Comitê de Ética e Conduta – todos aprovados pelos membros dos órgãos estatutários.

Além deles, cumpre ressaltar que, no curso de 2020, foram elaborados e aprovados pelas instâncias competentes da Companhia, novas políticas e procedimentos, bem como algumas devidas atualizações.

Neste contexto, citamos a Política de Teletrabalho, que estabeleceu as diretrizes a serem aplicadas no regime de *home office* da SP Parcerias, implementado em razão do Decreto Municipal nº 59.283/2020, que determinou o isolamento social em virtude da pandemia de COVID-19. Diante disso, e atenta aos riscos que podem advir do trabalho remoto, a Companhia estabeleceu também Diretrizes para Pesquisa de Preços no Regime de Teletrabalho,

reforçando o dever de zelo e transparência requeridos no relacionamento com os fornecedores, bem como os cuidados e as medidas de controle adicionais que devem ser tomados durante o período de distanciamento.

Ademais, visando o aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos de governança corporativa que regem a atuação dos órgãos estatutários, foram elaborados e aprovados o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Conselho Fiscal, ambos publicados no site da SPP.

E, nos termos já ressaltados neste relatório, com a perspectiva de retorno às atividades presenciais, a Companhia desenvolveu o Plano de Retomada e Enfrentamento da COVID-19, com vistas à preservação da saúde e da segurança dos seus colaboradores, definindo as diretrizes gerais para a retomada segura das rotinas de trabalho *in loco*.



### 4º Pilar Controles Internos

A relevância dos controles internos para a gestão das organizações é incontestável. Controles efetivos e eficazes são essenciais para que os objetivos organizacionais possam ser alcançados, agindo sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta. Ainda assim, é sabido que tais controles fornecem uma segurança razoável e não absoluta, portanto sua eficácia é avaliada a fim de assegurar seu contínuo aprimoramento.

Compõem o sistema de controles internos da SP Parcerias, uma série de procedimentos operacionais, como a segregação de funções, os níveis de aprovação, as revisões, as conciliações, o inventário, entre outros.

Cientes de que um dos elementos que influencia o ambiente de controles é a cultura organizacional e o conhecimento sobre as políticas, processos e procedimentos da Companhia, buscamos fortalecê-los por meio de treinamentos regulares que se destinam à atuação de forma preventiva.



### 5º Pilar Treinamentos

Os treinamentos são ferramentas essenciais à efetiva aplicação do Programa de Integridade e Boas Práticas e do Sistema de Gestão Antissuborno. Neles reforçamos nosso compromisso com a conduta íntegra como princípio norteador em todas as nossas atividades, contribuindo, assim, para o fortalecimento do ambiente de controles e para que os objetivos organizacionais sejam atingidos da forma correta e sem desvios.

Os treinamentos de Compliance seguem o cronograma definido em plano anual aprovado pela Diretoria. Compõem, ainda, um dos objetivos do Sistema de Gestão Antissuborno e são monitorados quanto à sua execução.



Comemoramos o Dia Internacional de Combate à Corrupção





## 6º Pilar Canal de Denúncia

A Companhia disponibiliza em sua página Fale Conosco, no Código de Conduta e Integridade e na Política Anticorrupção e Antissuborno, os canais para recebimento de reclamações, críticas, relatos ou denúncias de situações com indícios de desvios de conduta, práticas irregulares e atos ilícitos de qualquer natureza, incluindo fraude, suborno, corrupção e demais atos lesivos previstos nos diplomas normativos. Os canais estão disponíveis para as partes interessadas internas e externas, que podem optar por manifestar-se de forma anônima.

O Canal é monitorado regularmente e quaisquer relatos recebidos são averiguados consoante o disposto no Regimento Interno do Comitê de Ética e Conduta, não sendo permitida ou tolerada qualquer forma de retaliação ao denunciante por relato feitos de boa-fé.

Destacamos que o recebimento de denúncias é um dos indicadores do Sistema de Gestão Antissuborno monitorados pela Companhia.



## 7º Pilar Investigações Internas

Em 2020 ainda, a SP Parcerias instituiu o Comitê de Ética e Conduta para tratar de assuntos relativos à ética e à integridade, incluindo a averiguação de denúncias e a recomendação de medidas disciplinares, com competência para atuar de forma independente no cumprimento das normas do Código de Conduta e Integridade e das demais políticas da Companhia. Sua estrutura, normas e regras de funcionamento estão estabelecidas em seu Regimento Interno, documento integrante do Programa de Integridade e disponibilizado em nosso site.



## 8º Pilar Due Diligence

Riscos à integridade podem advir de relacionamentos com terceiros, como fornecedores de bens ou serviços e parceiros de negócio. Por essa razão, a Companhia realiza averiguações prévias desses terceiros, com o

objetivo de conferir maior segurança às contratações, principalmente aquelas que representem elevado risco à integridade.

Nossas diretrizes para realização de diligência, aprovadas pelos órgãos estatutários, integram a nossa Política de Gestão de Riscos e são requeridas nas aquisições realizadas pela Companhia como meio de verificar se o terceiro possui histórico de envolvimento em atos de fraude, suborno ou corrupção, mediante consulta nos cadastros disponíveis no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União.

Aquisições de alta criticidade requerem verificação adicional e parecer por parte da Área de Conformidade previamente à aprovação da compra pela Diretoria, de forma a assegurar a lisura e uniformidade dos processos administrativos da Companhia.

Adicionalmente, faz parte do processo de diligência também a supervisão durante a execução do contrato, com o objetivo de averiguar se o terceiro está atuando conforme as condições contratadas, e se não passou



adotar condutas contrárias à legislação e aos valores prezados pela SP Parcerias. Conforme estabelecem as nossas Diretrizes para Gestores e Fiscais de Contratos, é dever dos colaboradores que exercem essa função comunicar qualquer descumprimento contratual.

Além dos processos de aquisições, são objeto de *due diligence*, ainda, as entidades beneficiárias de doações ou patrocínios, consoante as regras definidas na nossa Política de Doações e Patrocínios.

Entre as atividades de monitoramento realizadas em 2020, destacamos a avaliação da adequação dos controles internos, por meio da realização de testes de eficácia de controles; a realização de auditoria interna, pré-auditoria e auditoria de certificação do Sistema de Gestão Antissuborno; acompanhamentos de recomendações de auditorias e de implementação de planos de ação; monitoramento dos objetivos e indicadores do Sistema de Gestão Antissuborno; e a apresentação desses resultados à Alta Administração.

Essas atividades visam não apenas assegurar a conformidade de nossos processos, mas também identificar oportunidades de aprimoramento contínuo.



## 9º Pilar Monitoramento

Por último, mas não menos importante, temos o monitoramento, que contempla atividades destinadas a avaliar a eficácia da aplicação e do funcionamento do Programa de Integridade e Boas Práticas e do Sistema de Gestão Antissuborno da Companhia, visando seu contínuo aperfeiçoamento.



[Conheça nosso  
Programa de  
Integridade e Boas  
Práticas](#)



## A vanguarda da São Paulo Parcerias

Com satisfação afirmamos que o nosso Programa de Integridade foi implementado em fevereiro de 2020, não por uma exigência legal, mas sim pela vontade e significativa preocupação e zelo da Alta Administração da Companhia em prol da ética e do comportamento íntegro, probo e transparente.

Quando do advento do Decreto Municipal nº 59.496, editado somente em 8 de junho de 2020, e que determinou a obrigatoriedade a todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo de implementar seu respectivo programa, já estávamos com os nossos procedimentos internos finalizados e aptos a serem auditados para a certificação do nosso Sistema de Gestão Antissuborno.

Implementar um Sistema de Gestão Antissuborno, seguindo os preceitos da norma internacional ISO 37001, foi o passo seguinte à

instituição do nosso Programa de Integridade, motivados pelos mesmos fatores de promover a integridade e fortalecer as medidas preventivas contra o suborno e a corrupção.

Dessa forma, ao longo do primeiro semestre de 2020, procedemos às adequações necessárias para a implantação do SGAS – o que possibilitou, em junho, a realização da auditoria interna; em agosto, a pré-auditoria ou *gap analysis* e, por fim, diante dos excelentes resultados, recebemos a auditoria de certificação no mesmo mês.

Assim, com grande satisfação, informamos que a São Paulo Parcerias obteve, em 2020, a renomada Certificação ABNT NBR ISO 37001:2017, tornando-se a primeira empresa municipal e uma das primeiras e poucas estatais do país a terem esse importante selo internacional.

## O nosso Sistema de Gestão Antissuborno - SGAS



**QMS** Certification Services



## Gestão de Riscos e Passivos Contingentes

Além de todos os mecanismos supracitados, cumpre destacarmos a responsabilidade institucional da São Paulo Parcerias no cumprimento das normas cíveis, trabalhistas e tributárias.

As informações sobre os passivos contingentes e a classificação dos respectivos riscos em remoto, provável ou possível são elaboradas e constantemente revisadas pelo nosso Jurídico e informadas à nossa Área Contábil, Orçamentária e Financeira para eventual provisionamento.





# DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO



(Valores expressos em reais)

## Principais indicadores

Cada vez mais ciente de nossa responsabilidade na geração e distribuição de valor para a sociedade, não temos medido esforços no aperfeiçoamento de nossas atividades, controles e otimização da utilização de recursos.

As decisões estratégicas relacionadas ao Compromisso de Desempenho Institucional possibilitaram que a SP Parcerias auferíssemos um lucro de R\$ 692.324,25 no ano de 2020. Neste cenário, apresentaremos um resumo de nossos principais indicadores econômico-financeiros.

Os dados apresentados consideram o impacto causado pela adoção do CPC 06 - Arrendamentos (IFRS 16), sob a abordagem retrospectiva modificada e sem a reapresentação de períodos comparativos.

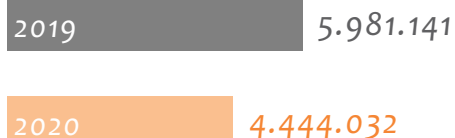
Com isso, deixamos de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento e passamos a reconhecer, em

nossa demonstração de resultado, a amortização dos direitos de uso dos ativos arrendados e a despesa financeira com base nos respectivos passivos financeiros dos arrendamentos.

### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA



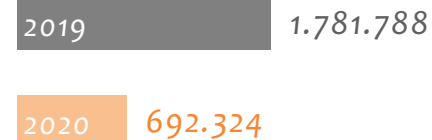
### LUCRO BRUTO



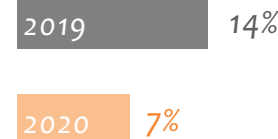
### MARGEM BRUTA



### LUCRO LÍQUIDO

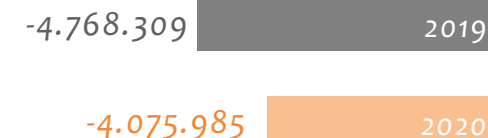


### MARGEM LÍQUIDA



Mesmo apresentando redução da receita operacional líquida, conseguimos obter um resultado positivo e manter a redução de nossos prejuízos acumulados, o que evidencia o nosso compromisso com a gestão eficiente dos gastos.

### PREJUÍZOS ACUMULADOS





## PRINCIPAIS INDICADORES

## ENDIVIDAMENTO E DISPONIBILIDADES

## GERAÇÃO DE VALOR

(Valores expressos em reais)

<b>Gastos operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Δ</b>
Custos e despesas com pessoal e pró-labore	9.154.270	8.318.553	(835.717)
% sobre a ROL	72,9%	82,4%	9,5%
Despesas administrativas	881.536	597.574	(283.963)
% sobre a ROL	7,0%	5,9%	-1,1%
Custo e despesa com depreciação e amortização	42.956	217.897	174.941
% sobre a ROL	0,3%	2,2%	1,8%
Outros Custos	234.350	134.532	(99.818)
% sobre a ROL	1,9%	1,3%	-0,5%
Outras despesas operacionais	261.388	77.971	(183.417)
<b>Total</b>	<b>10.574.501</b>	<b>9.346.528</b>	<b>(1.227.973)</b>
% sobre a ROL	84,2%	92,6%	8,4%

**ILC – Índice de Liquidez Corrente**

Este quociente mede a capacidade de uma empresa cumprir com suas obrigações de curto prazo. Relaciona quantos reais a SP Parcerias possui, imediatamente disponíveis ou conversíveis em curto prazo em espécie, para liquidação das dívidas de curto prazo. Em dezembro de 2020 possuíamos R\$ 5,40 para cada R\$ 1,00 de obrigação a ser cumprida em curto prazo.

**DESPESAS OPERACIONAIS**

Consoante já mencionado, temos envidado esforços para a redução de custos com as contratações administrativas, que somada à internalização dos serviços de contabilidade e recursos humanos – anteriormente terceirizados, proporcionarão uma redução total prevista de 41%.

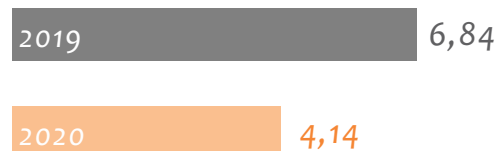


(Valores expressos em reais)

### ILI – Índice de Liquidez Imediata

Este indicador é considerado de natureza conservadora, pois representa apenas os valores que a empresa tem imediatamente à disposição, como o caixa, conta corrente e investimentos de curto prazo. Está atrelado à capacidade de lidar com emergências financeiras. Em dezembro de 2020 tínhamos à disposição R\$ 4,14 para cada R\$ 1,00 de obrigação de curto prazo.

curto e longo prazo, a SP Parcerias possuía R\$ 4,36 de recursos realizáveis no curto e longo prazo.



### ILG – Índice de Liquidez Geral

Ao analisar este índice, é possível constatar qual a capacidade da Companhia em saldar suas dívidas totais com recursos representados por numerários, aplicações financeiras e créditos a receber de curto e longo prazo. Ao final do ano de 2020, para cada R\$ 1,00 de obrigações de



Veja [aqui](#) nossas Demonstrações Financeiras.







(Valores expressos em reais)

<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Receitas	14.680.554	11.774.501
Produtos e serviços adquiridos de terceiros	(906.419)	(702.974)
Outras despesas	(216.293)	(54.548)
<b>Valor adicionado bruto gerado</b>	<b>13.557.842</b>	<b>11.016.979</b>
Depreciações e amortizações	(42.956)	(217.897)
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>	<b>13.514.886</b>	<b>10.799.082</b>
Valor adicionado recebido em transferência	347.441	209.883
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>13.862.327</b>	<b>11.008.965</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Pessoal	7.784.933	6.913.325
Impostos, taxas e contribuições	4.090.665	3.273.264
Doações	-	1.067
Remuneração de capitais de terceiros	204.941	128.984
<b>Total</b>	<b>12.080.539</b>	<b>10.316.640</b>
<b>Lucro retido</b>	<b>1.781.788</b>	<b>692.324</b>

## Endividamento e disponibilidades

Como forma de mitigar riscos de liquidez, dispomos de um caixa robusto capaz de liquidar todas as nossas obrigações de curto e longo prazo.

<b>Endividamento</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Circulante	(1.159.963)	(1.850.810)
Não Circulante	-	(460.807)
<b>Total</b>	<b>(1.159.963)</b>	<b>(2.311.617)</b>
Endividamento	(1.159.963)	(2.311.617)
Disponibilidades	7.937.112	7.660.897
<b>Total</b>	<b>6.777.149</b>	<b>5.349.280</b>



## Geração de valor

Nossa razão de ser está diretamente relacionada à promoção do bem-estar socioeconômico da população paulistana, por meio de projetos que proporcionem maior eficiência aos serviços públicos.

Além disso, nossas atividades geram valor à sociedade por meio de tributos recolhidos ao Poder Público, bens e serviços adquiridos de fornecedores, salários e benefícios pagos aos nossos colaboradores e doações realizadas à título de incentivo fiscal.

### ESTADO E SOCIEDADE

2019 4.090.665

2020 3.274.331

### PESSOAL

2019 7.784.933

2020 6.913.325

### BENS E SERVIÇOS

2019 906.419

2020 702.974

No ano de 2020, recolhemos aos cofres públicos o valor total de R\$ 3.274.331, sendo R\$ 2.677.560 ao Governo Federal e R\$ 596.771 ao Governo Municipal.

Realizamos ainda, doação no valor de R\$ 1.067 ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, a título de incentivo fiscal, conforme previsto na Lei Federal nº 12.594/2012.



(Valores expressos em reais)

Estado e Sociedade	2019	2020
Tributos federais	3.339.497	2.677.560
Tributos municipais	751.168	596.771
Doações	-	1.067
<b>Total</b>	<b>4.090.665</b>	<b>3.275.398</b>



(Valores expressos em reais)

Considerando nossa área de atuação, entendemos que nosso capital humano é o principal insumo e, por isso, fomentamos o desenvolvimento profissional, por exemplo, por meio de treinamentos institucionais realizados pelos próprios colaboradores de acordo com suas áreas de especialidades.

Em 2020, investimos R\$ 6.913.325 em nosso capital humano, por meio do pagamento de salários, pró-labore, benefícios, FGTS e do custeio da participação de fóruns sobre concessões e PPPs.

Foram investidos R\$ 702.974 em bens e serviços, cabendo ressaltar que

<b>Pessoal</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Salários e pró-labores	6.828.950	6.187.272
Benefícios	403.200	371.559
FGTS	386.918	343.586
Viagens e Treinamentos	165.865	10.908
<b>Total</b>	<b>7.784.933</b>	<b>6.913.325</b>

as nossas contratações são regidas, entre outras, pela Lei Federal nº 13.303/2016, pela Lei Federal nº 10.520/2002, pela Lei Municipal nº 13.278/2002 e seu Decreto regulamentador nº 44.279/2003, bem como pelo nosso Regulamento Interno de Licitações e Contratos, cujos objetivos são (i) ampliar a eficiência das contratações e a competitividade entre os licitantes e fornecedores em geral; (ii) reduzir custos e longos prazos de preparação para celebração de contratos; (iii) assegurar tratamento isonômico entre as licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa; e (iv) promover o desenvolvimento sustentável.

Diante disso, todas as nossas aquisições observaram os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e os demais que lhe são correlatos como o da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. A economicidade e a vantajosidade também alicerçam os nossos contratos de fornecimento de bens e serviços.



# VISÃO DE FUTURO



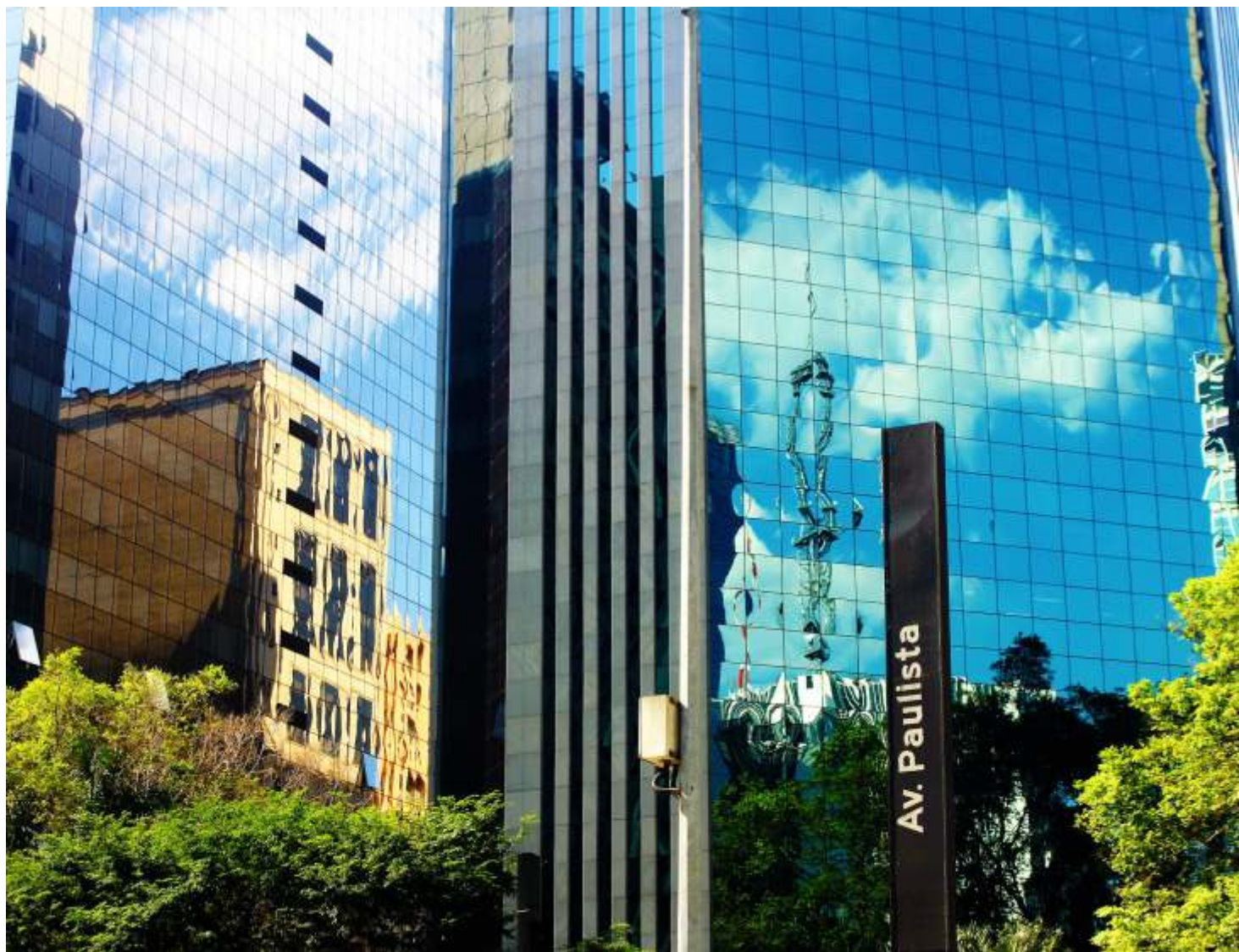


Em um cenário mundial extremamente instável e incerto diante dos impactos e restrições causados pela pandemia de COVID-19, mantemo-nos confiantes, fortes e dispostos a firmar parcerias com o setor privado no intuito de viabilizar investimentos e melhorias na qualidade dos serviços prestados para a população paulistana.

É certo que, cada vez mais prefeituras têm sido protagonistas nas questões de infraestrutura e desestatização, sendo a São Paulo Parcerias, orgulhosamente, a referência nacional. Sendo assim, nossa meta para 2021 é ampliar o nosso leque de clientes, bem como os serviços que prestamos, sempre com o propósito de encontrar cada vez mais oportunidades e soluções que tragam benefícios ao Estado e aos cidadãos.

Pautados pela ética, pela transparência e pelo zelo para com os recursos públicos, continuaremos a nos desafiar na materialização de projetos de concessões e

PPPs e na celebração de significativos contratos que contribuem para o bem-estar social e econômico do maior Município do país. É para isso que existimos.





# AGRADECIMENTOS



Mais uma vez, **SOMOS GRATOS**. Gratos aos nossos diretores, conselheiros e colaboradores, que mesmo em um ano de um desafio incomensurável, frente aos desastrosos impactos causados pela COVID-19, mantiveram-se comprometidos e dedicados à entrega de um trabalho com a mesma qualidade e excelência do presencialmente prestado. Em tempo recorde, a Companhia se reinventou em novo modelo virtual, cujo empenho pode ser conferido pelas efetivas e tempestivas entregas que destacaram, novamente, o referencial da Companhia. Agradecemos também ao mercado e à sociedade paulistana pela confiança e pugnamos por um 2021 próspero e saudável a todos.



## Identificação Geral

**CNPJ:** 11.702.587/0001-05

**NIRE:** 3530037729-0

**Sede:** Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar, cj. 25C

Centro Histórico

São Paulo/SP – CEP 01009-907

**Tipo de estatal:** Sociedade de economia mista

**Acionista controlador:** Município de São Paulo

**Tipo societário:** Sociedade por ações

**Tipo de capital:** Fechada

**Abrangência de atuação:** Municipal

**Setor de atuação:** Estruturação de modelagem econômica e jurídica de projetos de desestatização





## Créditos

### Diretoria

#### **Diretor-Presidente**

Rogério Ceron de Oliveira

Maíra Madrid Barbosa da Silva

Mariana Moschiar Almeida

Nara Carolina Merlotto

Vanessa Pacheco de Souza Romão

### Conselho de Administração

#### **Presidente**

Mauro Ricardo Machado Costa

#### **Conselheiros**

Edson Aparecido dos Santos

Eduardo de Castro

José Amaral Wagner Neto

Juan Manuel Quirós Sadir

Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes

Mariana Matteucci Doher

### Conselho Fiscal

#### **Conselheiros**

Claudia Bice Romano

Lucilene Oshiro Correa

Marcelo Soares de Souza

### Gerência Jurídica

Victor Carvalho Pessoa de Barros e Silva

### Comitê Editorial

#### **Coordenação geral**

Vanessa Pacheco de Souza Romão

#### **Conteúdo**

Clélia de Almeida França

Nátany Alves Boldo

Rafael de Oliveira Vilas Boas

Renata Simões de Souza

#### **Projeto gráfico e diagramação**

Nátany Alves Boldo

Renata Simões de Souza

#### **Revisão Ortográfica**

Clélia de Almeida França

Renata Simões de Souza



Pág. 5 - Unsplash

Photo by [Ygor Sad on Unsplash](#)

Pág. 6 - Unsplash

Photo by [Rogério S. on Unsplash](#)

Pág. 12 - Unsplash

Photo by [Nathana Rebouças on Unsplash](#)

Pág. 16 - Site Anhembi

<http://www.anhembi.com.br/seu-evento-aqui/>

Foto: José Cordeiro/SPTuris

Pág. 20 - Unsplash

Pág. 26 - Unsplash

Photo by [Tatiana Zanon on Unsplash](#)

Pág. 27 - Unsplash

Pág. 28 - Geosampa

<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/SBC.aspx>

Pág. 30 - Canva

[https://www.canva.com/pt\\_br/](https://www.canva.com/pt_br/)

Pág. 32 - Acervo SPP

André Lucas de Medeiros França

Pág. 34 - Unsplash

Photo by [MICHAEL WILSON on Unsplash](#)

Pág. 35 - Unsplash

Photo by [Erika Fletcher on Unsplash](#)

Pág. 36 - Pixabay

Image by Tumisu from Pixabay

Pág. 38 - Unsplash

Pág. 39 - Unsplash

Photo by [Natã Figueiredo on Unsplash](#)

Pág. 47 - Unsplash

Photo by [Vinicius Löw on Unsplash](#)

Pág. 67 - Unsplash

Photo by [Mariana Fernandes on Unsplash](#)

Pág. 69 - Unsplash

Photo by [Gustavo Juliette on Unsplash](#)

Pág. 71 - Unsplash

Icons - Flaticon

<https://www.flaticon.com/>



São Paulo Parcerias S.A.  
CNPJ 11.702.587/0001-05  
Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar, cjs 25C e 25D  
Centro Histórico – São Paulo/SP – CEP 01009-907  
Tel. +55 11 3343-6000